



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Relatório Anual
do
Contrato de Gestão celebrado entre o
MCTI e o IDSM-OS
Exercício de 2014
Parte I

Tefé (AM)

Dezembro de 2014

Relatório de Gestão

Contrato de Gestão MCTI – IDSM/OS

2014



Tefé, AM.

Dezembro, 2014



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ –IDSM/OS

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

Clelio Campolina Diniz

Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Alvaro Toubes Prata

Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa

Kayo Julio Cesar Pereira

Diretor Geral do IDSM

Helder Lima de Queiroz

Diretor Técnico Científico

João Valsecchi do Amaral

Diretora de Manejo e Desenvolvimento

Isabel Soares de Sousa

Diretora Administrativa

Selma Santos de Freitas

Coordenadores:

Maria Cecília Rosinski L. Gomes	Coordenadora de Pesquisa
Emiliano Esterci Ramalho	Coordenador de Monitoramento
Francisco Modesto Freitas Junior	Coordenador de Informática
Dávila Suelen Souza Corrêa	Coordenadora de Qualidade de Vida
Marluce Ribeiro de Mendonça	Coordenadora de Gestão Comunitária
Ana Cláudia Torres Gonçalves	Coordenadora de Manejo de Pesca
Elenice Assis do Nascimento	Coordenadora de Manejo Florestal Comunitário
Ângela May Steward	Coordenadora de Agroecossistemas
Fernanda Sá Vieira	Coordenadora de Turismo de Base Comunitária
Rômulo Augusto Araújo de Vilar	Coordenador de Infraestrutura e Logística
Selma Santos de Freitas	Coordenadora Administrativo-Financeira
Fernanda Ferreira Borges	Coordenadora de Gestão de Pessoas

Equipe Técnica

Ana Claudeise Silva do Nascimento

Ana Cláudia Torres Gonçalves

Ângela May Steward

Auristela dos Santos Conserva

Danielle Pedrociane Cavalcante

Dávila Suelen Suelen Souza Corrêa

Elenice Assis do Nascimento

Emiliano Esterci Ramalho

Fernanda Pozzan Paim

Fernanda Sá Vieira

Francisco Modesto Freitas Junior

Francione Porto Ribeiro

Helder Lima de Queiroz

Isabel Soares de Sousa

João Paulo Borges Pedro

João Valsecchi do Amaral

Josivaldo Modesto

Maria Cecília Rosinski Lima Gomes

Marília de Jesus Silva e Sousa

Marluce Ribeiro de Mendonça

Miriam Marmontel

Nelissa Peralta Bezerra

Nizete de Lima Campelo

Polliana Santos Ferraz

Rafael Barbi Costa e Santos

Robinson Botero Arias

Tatiana Carvalho de Araújo

Conselho de Administração

Andréa F. Portela Nunes	Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
Onivaldo Randig	Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão	Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPPEAM
Adalberto Luiz Val	Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – AM
Fabiano Lopez da Silva	Representante da Fundação Vitória Amazônica – FVA
Avílio Antônio Franco	Membro Notório Saber e Presidente do Conselho de Administração do IDSM
Ima Célia Guimarães Vieira	Membro Notório Saber
Tatiana de Abreu Sá	Membro Notório Saber
Otacílio Soares Brito	Representante dos funcionários do Mamirauá
Ana Rita Pereira Alves	Representante dos Associados do Mamirauá

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM

Estrada do Bexiga, nº 2584 – Bairro: Fonte Boa – Caixa Postal nº 038.

CEP: 69.553-225 , Tefé/AM

Telefone: (097) 3343-4672

E_mail: mamiraua@mamiraua.org.br

Home page: www.mamiraua.org.br

Esta publicação é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão
IDSM/MCTI/2014

Todos os direitos reservados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM. Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

PARTE I

1. O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM/OS EM 2014	10
2. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS PELO IDSM	14
3. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO IDSM	19
4. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	22
5. INDICADORES DE DESEMPENHO	25
Macroprocesso 1: Produção Científica	26
Macroprocesso 2: Disseminação Tecnológica	35
Macroprocesso 3: Manejo Sustentável	39
Macroprocesso 4: Qualidade de Vida	50
Macroprocesso 5: Tecnologias de Gestão	52
Macroprocesso 6: Desenvolvimento Institucional	56
6. PLANEJAMENTO E GESTÃO	63

Lista de Figuras

Figura 1	Comparação entre os valores acordados e transferidos pelo Contrato de Gestão nos anos de 2013, 2014 e 2015	18
Figura 2	Tendência de crescimento do índice de eficiência do manejo florestal (IEMF) dos manejadores do IDSM	44
Figura 3	Distribuição das fontes de recursos do IDSM em 2014	58
Figura 4	Força de trabalho do IDSM por escolaridade	70

Lista de Quadros

Quadro 1	Recomendações da CGU	22
Quadro 2	Deliberações do TCU	23
Quadro 3	Histórico das avaliações da Comissão de Avaliação – CA do MCTI	24
Quadro 4	Cumprimento às recomendações da Comissão de Avaliação do MCTI	24
Quadro 5	Número de publicações por categoria em 2014	26
Quadro 6	Quadro de pessoal contabilizado	26
Quadro 7	Evolução do desempenho institucional em relação ao Macroprocesso 1	27
Quadro 8	Histórico do quadro de indicadores e metas	60
Quadro 9	Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão ao IDSM	63
Quadro 10	Valores repassados ao IDSM pelo Contrato de Gestão no ano de 2014	63
Quadro 11	Conta Bancária do IDSM – Valores do Contrato de Gestão	63
Quadro 12	Demonstração de Receitas auferidas pelo IDSM em 2014 e anos anteriores	64
Quadro 13	Saldos Financeiros apropriados com Recursos do Contrato de Gestão	64
Quadro 14	Relatório Comparativo de Despesas 2013/2014 – Em R\$ 1,00	65
Quadro 15	Plano de Ação do IDSM pactuado com o MCTI para execução em 2014 (R\$ 1,00)	66
Quadro 16	Força de Trabalho do IDSM em 2014	69
Quadro 17	Detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados do IDSM no ano de 2014 – Regime de Caixa	72
Quadro 18	Valores de Reserva Técnica pactuados com Recursos do Contrato de Gestão	73
Quadro 19	Descrição da Destinação prevista dos recursos da Reserva Técnica	73

Lista de Tabelas

Tabela 1	Evolução do patrimônio adquirido com recursos do Contrato de Gestão, e sua variação percentual em 2014	21
Tabela 2	Dados da exploração 2014 na RDMS assessoradas pelo PMFC	43
Tabela 3	Evolução de alguns parâmetros do impacto e da eficiência na exploração das associações de manejadores assessoradas pelo IDSM (2010 – 2014)	44
Tabela 4	Distribuição dos recursos financeiros obtidos, por fonte ou origem, em 2014	57

1. O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM/OS EM 2014

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS é uma pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída em 26 de abril de 1999 e qualificada como Organização Social através de Decreto Presidencial em 04/06/1999. Sua sede está localizada na Estrada do Bexiga nº. 2584, Bairro de Fonte Boa, Tefé/AM, CEP 69.470-000. A página eletrônica institucional do IDSM na internet é www.mamiraua.org.br, seu endereço eletrônico é mamiraua@mamiraua.org.br e está inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.119.820/0001-95.

Esse instituto tem por finalidade a realização de pesquisa científica para conservação da biodiversidade por meio do manejo participativo e sustentável dos recursos naturais da Amazônia. O foco, ou abrangência geográfica, do IDSM é colocado sobre as florestas alagáveis da Amazônia, e em especial a várzea, por ser o ecossistema mais pressionado e mais ameaçado de todo o Bioma Amazônia. Suas normas e regulamentos de funcionamento estão definidos por seu Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas pelo IDSM-OS estão atreladas a metas e prazos descritos em Contratos de Gestão, firmados entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e o IDSM-OS a partir do primeiro de 23 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de março de 2001, para a administração do Instituto. Este contrato foi renovado em duas ocasiões, 2006 e 2010. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo MCTI.

O IDSM-OS sendo uma Organização Social contratada pelo MCTI desde 2001, tem se destacado nestes poucos anos de vida, por implantar um conjunto de ações em pesquisa científica aplicada à conservação da biodiversidade amazônica, ao uso sustentado desta biodiversidade, e à consequente melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais associadas a esta biodiversidade. Os pesquisadores e técnicos do IDSM desenvolvem processos e tecnologias sociais para envolvimento de populações ribeirinhas tradicionais em atividades de gestão participativa de territórios especiais e de áreas protegidas (como o caso das unidades de conservação, por exemplo), e no manejo sustentável de recursos naturais de maior importância econômica que são encontrados nestes territórios.

Programas intensivos de pesquisa sobre as formas de sustentabilidade do uso de espécies já tradicionalmente exploradas por aquelas populações têm sido implantados e desenvolvidos. Os subsídios gerados por tais programas de pesquisas proporcionam a organização e implantação de cadeias produtivas de bens extrativos, baseadas principalmente em arranjos produtivos locais articulados.

Algumas destas iniciativas foram bastante bem sucedidas, e tem sido aplicadas em conjunto às populações moradoras e usuárias das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) e Amanã (RDSA), unidades de conservação estaduais localizadas no Estado do Amazonas. Estas áreas tem sido cogerenciadas pelo grupo do IDSM desde antes da criação e celebração do Contrato de Gestão com o MCTI em 2001.

As atividades desenvolvidas naquelas duas reservas funcionaram, e ainda funcionam, como um grande experimento de conservação e desenvolvimento social sustentável. Até o presente, a proposta de agregar o conhecimento tradicional testado e comprovado, com o conhecimento produzido pelos princípios da pesquisa científica, que é desenvolvida pelo IDSM e seus parceiros, permanece como um dos pilares deste conjunto de ações. Busca-se, desta forma, criar e consolidar modelos de uso da biodiversidade apoiados em sólida base científica, e que possam ser replicados participativamente em outras partes da Amazônia, do Brasil e do exterior, ainda que localizadas fora de áreas protegidas ou de territórios especiais.

As experiências bem sucedidas que surgiram desde 1990 conferiram visibilidade e credibilidade para a instituição. Assim, a experiência de Mamirauá tem ocorrido com vários níveis de abrangência. A mais relevante se observa quando são criadas novas Reservas de

Desenvolvimento Sustentável, em outros estados brasileiros, acompanhadas por pesquisas científicas e participação comunitária. Este tipo de Reserva existe hoje nos Estados do Amapá, Pará, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte e Tocantins. Nestes casos a experiência de Mamirauá foi, ou tem sido fundamental para o estabelecimento das áreas protegidas. Isto também é observado na Argentina, em Yabuti-Misiones, com a implementação de uma vasta unidade de conservação nos moldes científicos e comunitários preconizados pelo Modelo Mamirauá. Outro tipo de replicabilidade, desta vez mais restrita, tem sido observado em outras partes do Brasil e do exterior, sempre com a participação, de membros do IDSM. No Pantanal Sul Mato-grossense foi desenvolvido o Projeto Pantanal que se utilizou da experiência de Mamirauá. Na Bolívia, a experiência de Mamirauá na construção do Corredor Ecológico tem sido replicada com extensões significativas em território boliviano. Na Guiana, no Peru e na Bolívia, técnicos e pesquisadores do IDSM tem ensinado como aplicar o saber tradicional e o saber científico no uso sustentado de recursos naturais de importância estratégica. Na Tanzânia foi experimentada uma organização similar da comunidade no que se refere a sua participação e organização política para conduzir um processo de manejo compartilhado de áreas e recursos locais.

A partir de 2009 estas experiências de replicabilidade do modelo Mamirauá abriram um grande leque de desafios que é a necessidade de replicar estas boas experiências e estas melhores práticas em outros pontos da Amazônia, disseminando os conhecimentos obtidos a partir dos programas de pesquisas, dos protocolos de manejo sustentável e participativo dos recursos naturais, estendendo os benefícios para outras populações tradicionais necessitadas e historicamente marginalizadas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento praticado na Amazônia nas últimas oito décadas.

Pela necessidade de expansão e aperfeiçoamento das atividades do IDSM foi criado, em 2013, o Centro de Estudos da Várzea Amazônica – CEVA que é operado e dirigido pelo IDSM com a participação de pesquisadores de outras instituições. O Centro tem por objetivo criar condições institucionais e gerenciais para desenvolver pesquisas básicas e aplicadas, bem como desenvolver outras atividades multi-institucionais que promovam a conservação da biodiversidade e o uso sustentado e participativo de seus componentes em vários pontos das florestas alagáveis da Amazônia, propiciando o incremento da qualidade de vida das populações tradicionais associadas a estas florestas. Estas primeiras experiências de expansão já incluem iniciativas realizadas em diferentes estados da Região Norte, da fronteira com a Colômbia até a foz do rio Amazonas.

Em 2014 destacamos outras ocorrências relevantes relacionadas ao IDSM:

- Instalação do Comitê de Ética no Uso de Animais e Plantas – CEAUP, ligado ao CONCEA (Conselho Nacional de Comitês de Ética na Experimentação com Animais) e ao MCTI.
- Disponibilização do catálogo da Biblioteca Henry Walter Bates para acesso à consulta online.
- O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, concorrendo com o projeto Máquina de Gelo Solar, foi uma das 10 instituições premiadas no Desafio de Impacto Social Google/Brasil dentre mais de 700 concorrentes.
- O sistema de monitoramento do IDSM disponibilizou mais um de seus bancos de dados para consultas públicas online. Desde maio dados sobre a qualidade e parâmetros físico-químicos de águas dos principais corpos d'água da região podem ser consultados pelo público através da página do IDSM na internet.

- O IDSM inaugurou a primeira incubadora de negócios sustentáveis do interior do estado do Amazonas, visando apoiar o processo de transferência tecnológica resultante das pesquisas de desenvolvimento de tecnologias para toda a sociedade, beneficiando a região do médio Solimões.
- Regulamentação do Acordo de Pesca do Complexo de lagos do Paraná do Jacaré/Setor Capivara, localizado no município de Maraã/AM. É a primeira experiência do IDSM atuando fora de territórios especiais (unidades de conservação, áreas indígenas ou territórios quilombolas). Este Acordo de Pesca beneficia pescadores de sete comunidades ribeirinhas e das cidades de Tefé e de Alvarães.
- Realização do evento de **encerramento oficial da 11ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Estado do Amazonas**, organizado em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (SECTI-AM). A SNCT-IDSM 2014, contou com mais de 2600 participantes.
- A criação da **"Aliança para a Conservação da Onça-Pintada na Amazônia"** em evento realizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - RDSM; a implementação de um pacote de turismo voltado para a observação de onças-pintadas **"The Jaguar Expedition"**.
- O IDSM, com parceiros internacionais, lança o primeiro aplicativo para iPhone com um jogo para divulgar as ações de conservação na Amazônia e contribuir para a educação ambiental de crianças e jovens, e também para captar doações que poderão apoiar estas atividades.
- O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz, visitou o IDSM, quando abriu oficialmente as atividades locais da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, e inaugurou quatro prédios na sede do Instituto Mamirauá, em Tefé.
- Parceria entre a Incubadora Mamirauá de negócios Sustentáveis e o SEBRAE oferecem o primeiro curso sobre empreendedorismo em Tefé dirigido a interessados dos meios urbano e rural.
- O IDSM inicia, pela primeira vez, procedimentos para o processo de depósito de três pedidos de patentes junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) com equipamentos e/ou processos para desenvolvimento científico e tecnológicos.
- Estabelecimento de parceria com empresas privadas para teste de tecnologias sociais fotovoltaicas, e iluminação de dois campos de futebol funcionando com energia solar nas Reservas Mamirauá e Amanã.
- O IDSM iniciou um projeto para instalação de um balão, inflado por gás Hélio e ancorado por um sistema de cabeamento, um aeróstato, para funcionamento em áreas de atuação do Instituto Mamirauá. O objetivo desta tecnologia é oferecer uma plataforma para coletar dados ambientais, bem como ampliar o sistema de telecomunicação em áreas remotas.
- O Instituto Mamirauá e o WWF realizaram expedição por quase 600 Km na bacia do rio Tapajós para documentar a distribuição e estimar a abundância de botos.

- As ações de conservação e manejo conduzidas ou assessoradas pelo IDSM alcançaram ampla divulgação em mídia internacional (EUA, China, etc.) e nacional (Jornal Nacional, Jornal Hoje, Bom Dia Brasil).

2. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS PELO IDSM

Ao longo dos últimos anos, o IDSM tem desenvolvido uma média de aproximadamente 80 projetos de pesquisa correntes por ano. Alguns deles são projetos com mais de um ano de duração, e são então contabilizados em anos consecutivos. Estes projetos podem ser agrupados conforme sua principal natureza.

Projetos de pesquisa voltados à compreensão dos aspectos naturais e sociais das florestas alagáveis da Amazônia são aqueles que descrevem a ocupação destes espaços pela bio ou sóciodiversidade, descrevem seus padrões principais, e analisam os principais fatores que forjaram sua geração, seu desenvolvimento e a sua manutenção.

Projetos de pesquisa voltados a subsidiar as ações de intervenção social são aqueles que investigam mais a fundo os aspectos que foram identificados pelos projetos do grupo anterior. São pesquisas voltadas a entender especificamente como um determinado recurso natural é utilizado, identificar os níveis de sustentabilidade de seu uso, e conhecer os aspectos biológicos que podem oferecer oportunidades de sustentabilidade ou de aumento da eficiência deste uso. São projetos na área de ciências biológicas ou de ciências sociais, respondendo a perguntas específicas sobre o funcionamento natural ou social dos sistemas, mas que são destinados a uma aplicação futura.

Os projetos de pesquisa voltados ao desenvolvimento de tecnologias sociais utilizam-se dos resultados dos projetos dos dois grupos anteriores, para construir as experiências de intervenção. É por meio destes projetos, que os primeiros pilotos de manejo, ou de qualquer outra intervenção social, são realizados pelo IDSM. Se estes pilotos vierem a ser considerados bem sucedidos, de acordo com os parâmetros de análise científica, eles podem gerar um protocolo de procedimentos que são assumidos pelo grupo de extensionistas, e a pesquisa é encerrada. As ações passam então ao âmbito de atuação dos grupos ou coordenações de extensão.

Finalmente, existem projetos de pesquisa desenvolvidos pelo IDSM que abarcam temas relevantes para a compreensão destes sistemas naturais e sociais, ou de sua interação, mas que não seguem a lógica descrita nos três grupos anteriores. São projetos que trazem novas abordagens ou preenchem lacunas nos grupos anteriores, ou que propõem visões novas e não antes adotadas, mas que merecem ser avaliadas pela perspectiva do IDSM.

No ano de 2014, o Instituto Mamirauá conduziu quase 90 projetos de pesquisa correntes. Muitos deles atuam nas fronteiras do conhecimento em sua própria área temática de atuação. O grupo de pesquisas em Agroecologia conduz um conjunto de projetos de pesquisa voltados a investigar como lidar com a questão da expansão da atividade pecuária no interior de unidades de conservação. Como sabemos, um grande número de unidades de conservação na Amazônia (seja de uso sustentável, seja de proteção permanente) comportam atividade pecuária, legal ou ilegal, que exerce grande impacto sobre os ecossistemas locais. Até o momento, a questão tem sido pouco estudada sob o aspecto ambiental. As poucas investigações existentes são de caráter socioeconômico e antropológico, e se conhece apenas uma pesquisa que avalia o problema pelo seu prisma ambiental. O IDSM busca agora contribuir neste campo, produzindo conhecimento acerca do problema, e buscando formas de minorar os impactos causados pelos rebanhos, formas de limitar a expansão da atividade, e de manter uma relação positiva com os pecuaristas, além de incentivar o uso de técnicas de sanidade na elaboração de produtos de origem animal. O grupo continua a desenvolver pesquisas sobre a agricultura familiar e agroecologia, e os sistemas agroflorestais.

O grupo de pesquisas em Ecologia e Biologia de Peixes desenvolveu, ao longo dos últimos 16 anos, um conjunto de pesquisas que deu sustentação aos manejos de pesca participativa de pirarucus e tambaquis, importantes ações de conservação e melhoria da

qualidade de vida que tem se disseminado bastante em toda a Amazônia brasileira e nos países vizinhos. Nestes anos mais recentes o grupo tem se dedicado a investigar espécies que são alvo de dois outros tipos de pescarias, a pesca ornamental e a pesca esportiva. Voltados a compreender os aspectos biológicos das principais espécies visadas por estas formas de pesca, e a definir os parâmetros para sua sustentabilidade, os pesquisadores deste grupo conduzem um grande número de projetos que estudam principalmente as espécies da família dos ciclídeos. Esta é a primeira experiência brasileira de esforço coordenado voltado a esta família e suas muitas espécies simultaneamente. Apesar de sua relevância ecológica, e enorme importância na economia regional, as pesquisas desenvolvidas até então com membros da família Cichlidae abarcam apenas algumas espécies, de forma pouco padronizada. A oportunidade destes projetos permite não somente a obtenção de subsídios para a sustentabilidade de seu uso, mas também o desenvolvimento de importantes áreas da ciência, como ocorre na África, onde esta família de peixes é também muito importante, e as pesquisas vêm sendo conduzidas por pesquisadores europeus nas últimas décadas.

Além disso, o grupo concluiu em 2014 um conjunto de pesquisas que tenta inventariar um importante serviço ecológico prestado pelas várzeas, que é permitir a reprodução segura do recurso pesqueiro, cujas principais espécies são desembarcadas nos portos e terminais pesqueiros de toda a Amazônia. Finalmente, o grupo tem também se dedicado a estudar a crise gerada pelo uso de botos e jacarés como iscas na pesca da piracatinga, espécie de siluriformes. Mas o faz sob o ponto de vista da pesca, em si, e da biologia do pescado.

O grupo de pesquisas em Ecologia Florestal tem desenvolvido, desde sua criação, projetos de pesquisa focados em espécies vegetais de importância econômica na região do Médio Solimões, especialmente aquelas de grande potencial madeireiro. Mais recentemente, o grupo tem se voltado para o estudo da dinâmica da floresta, e sua regeneração. Estes projetos são dirigidos a subsidiar programas de recuperação ou regeneração ambiental, para sanar resultados de degradação florestal, e recuperar a capacidade de sequestro e fixação de carbono por parte das florestas de várzea. Este ecossistema, como é notório, tem a maior capacidade de sequestro de carbono do Bioma Amazônia, mas não foi contemplado com qualquer programa de recuperação ambiental. Os riscos aumentaram enormemente com a aprovação recente do novo Código Florestal Brasileiro, que coloca as florestas alagáveis em um nível particular de vulnerabilidade. Visando oferecer à sociedade um protocolo de recuperação de florestas de várzea, este grupo de pesquisas investiga os padrões de armazenamento de sementes, de formas de germinação e de estratégias de estabelecimento de mudas/plântulas das principais espécies da várzea. São investigadas não apenas as espécies de maior relevância econômica, mas também espécies de alto valor ecológico, importantes nos principais estádios sucessionais da floresta. É também intensamente investigada a vegetação dos diferentes tipos de várzea estuarina e sazonal, da costa do Atlântico até a fronteira com a Colômbia, seus aspectos ecológicos, e a perturbação causada pelos humanos.

O grupo de pesquisas em Ecologia de Vertebrados Terrestres apresenta projetos de pesquisa voltados à conservação de espécies ameaçadas ou vulneráveis, e projetos voltados ao monitoramento e sustentabilidade de uso dos recursos cinegéticos. A caça na Amazônia é ainda um tema polêmico, submetido a um marco legal dubio. Apesar disso, é amplamente disseminado o costume local de caçar e consumir carne de caça. Algumas destas ações podem ser consideradas preocupantes, por efetivamente ameaçarem a sobrevivência de algumas espécies, enquanto que outras apresentam sinais claros de sustentabilidade. Visando oferecer informações científicas sólidas que possam descrever o uso tradicional das espécies, bem como os parâmetros biológicos mais importantes para a sustentabilidade do abate destes animais, este grupo de pesquisadores vem conduzindo um conjunto de projetos de pesquisa de longa duração há vários anos. Os primeiros resultados, os mais consistentes e sólidos da Amazônia brasileira, já começam a ser publicados a partir das análises desta importante série histórica. Os projetos

de pesquisa voltados à conservação de espécies ameaçadas ou vulneráveis estão centrados no estudo de felinos e de primatas amazônicos que sejam considerados ameaçados pelos organismos nacionais e internacionais de conservação da biodiversidade. Para desenvolvimento destes projetos, são aplicadas as técnicas e tecnologias mais avançadas disponíveis atualmente, de modo que tais práticas possam ser transferidas ao uso corriqueiro por pesquisadores nacionais, que podem assim se atualizar de forma contínua. Em 2014, a partir do grupo de pesquisas em Ecologia e Vertebrados Terrestres, originou-se um novo grupo, recém-criado. O Grupo de Pesquisas sobre Felinos.

Os pesquisadores do grupo de pesquisas em Mamíferos Aquáticos tem desenvolvido um grande número de projetos de pesquisa sobre estas espécies por vários anos. Estes projetos buscam investigar as fontes de riscos e vulnerabilidades das espécies e subsidiar sua conservação. Como são animais de difícil detecção, a tecnologia aplicada ao estudo destas cinco espécies é muito avançada, envolvendo técnicas de ponta que são trazidas continuamente dos mais adiantados centros de pesquisas do mundo. O grupo também se dedica a estudos tecnológicos para manutenção em cativeiro e reintrodução de peixes-boi reabilitados. Mais recentemente o grupo estuda o impacto da pesca da piracatinga e a mortalidade de botos associada a ela, e seu impacto sobre as populações naturais.

O grupo de pesquisas em Uso Sustentável de Recursos Naturais apoia um conjunto amplo de projetos que investigam a biologia e o uso tradicional de dois grandes grupos de recursos naturais, os crocodilianos e os quelônios. Os pesquisadores estão promovendo a construção de um sólido conjunto de informações subsidiárias para inaugurar de forma regular e legal as ações de manejo de jacarés na várzea amazônica, um fato ainda inédito. Em 2013 este grupo, em conjunto com o grupo de pesquisas em Desenvolvimento e Adaptação de Tecnologias Sociais do IDSM, desenvolveu e instalou o primeiro protótipo de uma planta de abate remoto, para apoiar o manejo piloto destas espécies seguindo todas as diretrizes da legislação estadual e federal.

O grupo de pesquisas de Organização Social e Manejo Participativo se destaca pela investigação sistemática, no campo das ciências sociais, das atividades de manejo de recursos naturais em unidades de conservação e em seu entorno. É um dos grupos desta temática alojados em instituição amazônica, e atuando diretamente sobre a problemática, em contínuo contato com os principais atores sociais protagonistas desta importante questão de fronteira. Projetos mais recentes deste grupo investigam as formas de partilha entre atores sociais dos recursos naturais de acesso livre, um tema de grande relevância para a Amazônia hoje. Também neste grupo se alojam os projetos de arqueologia que são desenvolvidos para revelar os padrões de uso do espaço e dos recursos naturais por populações pré-históricas que viviam na várzea amazônica.

Já o grupo de pesquisas em Populações Ribeirinhas, Modos de Vida e Políticas Públicas busca compreender os modos de vida das pequenas comunidades ribeirinhas, suas relações com o mercado e a influência sobre elas exercidas pelas políticas públicas adotadas nos diferentes níveis da administração pública. Este grupo tem desenvolvido projetos que tratam da demografia destas comunidades, sobre formas de apropriação de tecnologias adequadas para a vida nos ambientes alagáveis, e sobre a reprodução social destas unidades.

O grupo de pesquisas em Territorialidades, Identidades e Gestão de Áreas Protegidas realiza investigações científicas nas áreas afeitas às ciências sociais, voltadas a compreender as relações das populações tradicionais com seus territórios, o desenvolvimento e consolidação das suas identidades e as formas pelas quais estas populações geram alternativas para participar da gestão de áreas protegidas na Amazônia (sejam elas unidades de conservação, territórios indígenas, ou outras formas de gestão territorial existentes).

Finalmente o grupo de Desenvolvimento e Adaptação de Tecnologias Sustentáveis não se dedica apenas ao desenvolvimento de tecnologias para o manejo de jacarés e quelônios, mas

também ao desenvolvimento de tecnologias sociais para dar suporte à vida e à produção sustentável na várzea amazônica. Nos anos mais recentes o grupo tem desenvolvido pesquisas sobre os processos de tratamento da água para consumo e produção, e sobre os processos de geração alternativa de energia na várzea. Temas de extremo interesse para a sociedade, especialmente para as populações rurais da Amazônia e para destinação adequada de dejetos humanos.

Como se pode ver, todos os grupos de pesquisas do IDSM, e seus respectivos projetos de pesquisa, estão profundamente comprometidos com a elaboração de respostas às maiores necessidades da sociedade, com maior ênfase nas populações rurais ribeirinhas da região. Cada um a seu modo, estes grupos discutem questões prementes e de alto interesse social, aplicando técnicas e tecnologias sociais avançadas, algumas delas atuando mesmo na fronteira do conhecimento nas suas diferentes áreas de atuação. São, todas elas, temáticas com clara aderência aos eixos e prioridades da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia – ENCTI que orienta as ações do MCTI para o desenvolvimento em CT&I do país.

As dificuldades encontradas para manter o funcionamento destes grupos e dar continuidade a suas atividades são, principalmente, a fixação de recursos humanos de alta capacidade, e a manutenção do fluxo adequado de recursos financeiros necessários à sua atuação.

A natureza das pesquisas desenvolvidas no Instituto Mamirauá demanda um grupo de pesquisadores muito especializados e com alta graduação. Historicamente existem grandes limitações à atração e fixação deste tipo de recursos humanos em toda a Amazônia. Devido a um esforço direcionado a minorar este problema, o IDSM tem desenvolvido estratégias de captação de doutores, com o oferecimento de salários atrativos, de boas condições de trabalho, e de comunicação e intercâmbios científicos, além de um programa institucional de capacitação e apoio à pós-graduação. Como resultado disso, o IDSM já possui um corpo de pesquisadores com aproximadamente 40% com doutorado, e todos os demais mestres (a maioria deles engajada em programas de doutoramento).

Já não há nenhum pesquisador que não seja pós-graduado na equipe do IDSM. Ainda assim, tem sido difícil captar novos recursos humanos de alta formação. No ano de 2014, diversos editais foram abertos e algumas das vagas não foram preenchidas, mesmo com todas as estratégias postas em prática nos últimos anos.

Além da cobertura de seus gastos, os projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição dependem de um fluxo contínuo de financiamento, de recursos disponíveis na frequência adequada para fazer frente às necessidades de cada projeto. Caso contrário, muitas ações são adiadas ou mesmo canceladas, impedindo que os projetos venham a termo ou que atinjam os objetivos desejados. Os recursos financeiros obtidos junto ao MCTI em 2014 não atingiram os totais pactuados por conta de um contingenciamento ocorrido em março de 2014. Em verdade, este contingenciamento ocorreu com o mesmo valor executado em 2013. Na prática, portanto, os recursos disponíveis na LOA para o IDSM são mantidos os mesmos por mais de dois anos.

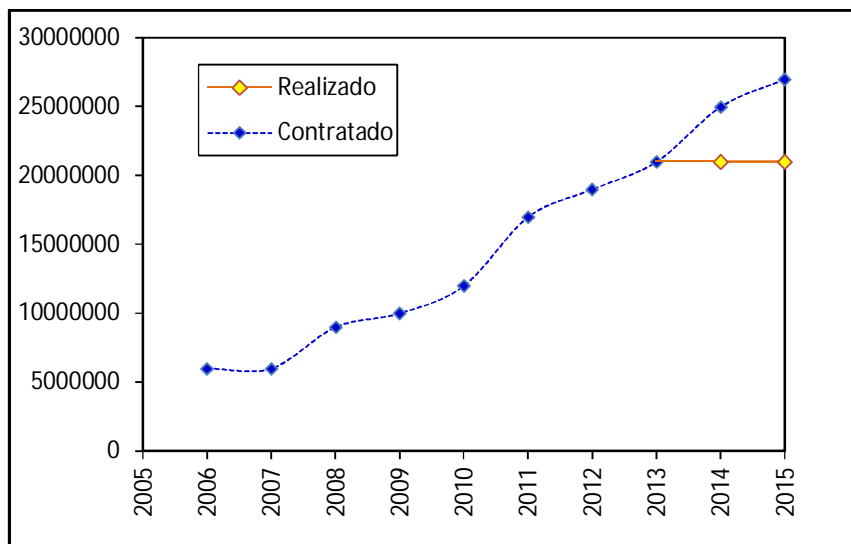


Figura 1. Comparação entre os valores acordados no Contrato de Gestão do IDSM-OS com o MCTI (linha pontilhada azul), e os valores negociados e/ou transferidos nos anos de 2013, 2014 e 2015 constantes nas LOAs de cada ano (linha sólida laranja).

Nenhuma transferência de recursos do MCTI ocorreu até a segunda quinzena do mês de junho. Neste mês ocorreu a celebração do 10º. Termo Aditivo, e o 11º. Termo Aditivo foi assinado em outubro. Todavia o recurso referente a este último só foi transferido em fins de dezembro. Os repasses mensais foram mantidos em valores extremamente baixos, que permitiram apenas o pagamento da folha de Pessoal e poucas despesas adicionais, comprometendo completamente as ações e atividades propostas para 2014. O grande problema da falta de fluxo de caixa na instituição foi alertado para a CGOS e para a SCUP desde os primeiros dias do mês de março de 2014. Ainda assim, o MCTI só realizou a normalização das transferências em 26 de dezembro de 2014.

Estes fatos geraram profundos impactos negativos no funcionamento da OS, que em momentos chegou a cogitar o encerramento de suas atividades. Várias ações de campo tiveram que ser adiadas, e algumas delas só poderão ser realizadas em 2015, devido às condicionantes sazonais do ambiente de várzea. Outras ações de pesquisa não puderam ser executadas por falta de recursos para aquisição de equipamentos essenciais. O mesmo se deu com relação à baixa participação de pesquisadores do IDSM em eventos científicos relevantes no Brasil ou no exterior.

Tudo isso exerceu um impacto relevante sobre as metas pactuadas para 2014. Não apenas aquelas relacionadas à produção científica, mas a todos os macroprocessos institucionais. No caso da atividade científica, tais impactos serão observados ainda no decorrer dos próximos anos.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO IDSM

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM-OS tem um sistema de gestão construído em 2001, quando da assinatura do primeiro contrato de gestão com o MCTI, que vem sendo aprimorado ao longo do tempo.

O IDSM tem uma instância máxima de gestão, o Conselho de Administração (CA), formado por 11 conselheiros que representam o poder público, a sociedade civil organizada (particularmente representada pelos organismos científicos) e por cientistas de notório saber no campo de atuação de Mamirauá. Este conselho supervisiona os gestores executivos da OS, um conselho de diretoria composto por um Diretor Geral e três Diretores Adjuntos. Os diretores adjuntos são responsáveis pelas duas áreas de atuação institucional (pesquisa e manejo) e pela área administrativa. O conselho de diretoria é assessorado pelos conselhos internos. Em cada uma das três diretorias adjuntas é constituído um conselho formado por coordenadores ou líderes de pesquisa, que assessoram os seus respectivos diretores adjuntos. Desta forma, a gestão institucional busca adquirir a capilaridade necessária para fazer com que a tomada de decisões seja mais legitimada e de mais fácil implementação.

A preocupação com uma boa gestão sempre fez parte das principais prioridades institucionais. O IDSM construiu um contínuo diálogo positivo com outras instituições similares e com o órgão supervisor, voltado ao aprimoramento de sua gestão, acompanhando com atenção as mudanças da interpretação do marco legal da administração de OS, buscando responder de forma eficiente e apropriada às demandas que se colocam continuamente, e perseguindo a modernização dos instrumentos de gestão. Um organograma detalhado da instituição, incluindo as coordenações de cada diretoria, pode ser consultado na página do IDSM na Internet (www.mamiraua.org.br). Uma das formas de perseguir tal aprimoramento é promover, sempre que necessário, a atualização da sua infraestrutura, da sua equipe de colaboradores e dos documentos constitutivos do IDSM. A descrição pormenorizada da infraestrutura do IDSM, incluindo não apenas a sede, mas também a sua estrutura de campo, pode ser encontrada na página do IDSM na Internet (www.mamiraua.org.br).

Em 2014 a força de trabalho foi de 419 pessoas. Destas, 61,81% são dedicadas à atividade fim do IDSM, a realização de pesquisas científicas. O TNSE do IDSM considera 20 pesquisadores e 15 bolsistas com mais de 12 meses na instituição o que representa 13,51% do pessoal dedicado à atividade fim do IDSM. Além destes, há a participação nas equipes científicas de alunos dos programas de pós-graduação que desenvolvem seus estudos junto ao IDSM, e de alunos dos programas de iniciação científica (PIBIC - CNPq). Nos últimos anos, o crescimento da equipe científica do IDSM tem ficado muito aquém do programado junto ao MCTI na pactuação de 2009, em função das dificuldades de captação de recursos humanos de alta capacidade no interior da Amazônia. Outra limitação encontrada ao crescimento da equipe é o limite de 60% do orçamento efetivamente transferido a OS para uso na rubrica Pessoal. Desta forma, mesmo com doutores disponíveis, eles não podem ser imediatamente contratados sem que este limite seja ultrapassado.

O Estatuto do IDSM passou por modificações em 2013 visando atender a dois principais objetivos. Primeiramente buscou-se finalizar as alterações necessárias para a adequação ao novo Código Civil brasileiro, especialmente no que se refere aos aspectos relativos à assembleia geral dos associados. Em segundo lugar, foi necessário adaptar o documento às demandas e especificações da Portaria Ministerial 967 de 21 de dezembro de 2012, que trata da regulamentação do funcionamento das OS supervisionadas pelo MCTI.

O Plano de Cargos e Salários precisou ser aprimorado. A versão anterior, de 2006, ainda era definida por uma estratégia de captação e fixação de recursos humanos que dependia do pagamento de gratificações para os coordenadores e outros cargos de confiança. A medida que foi ocorrendo um alinhamento dos salários dos empregados a um nível equivalente à dos

funcionários das instituições de pesquisa da administração direta do MCTI na Amazônia (INPA e MPEG), tal estrutura de gratificações passou a ser obsoleta. Ela foi alterada e reduzida na revisão do PCS de 2013 e homologada pelo MTE em maio de 2014.

O funcionamento e a gestão do Instituto Mamirauá, uma instituição de apenas 15 anos de idade, ainda precisa de muitas alterações e atualizações visando encontrar a configuração mais adequada. Em 2013 foi necessário realizar uma modificação na estrutura da diretoria adjunta administrativa (ADM). Esta revisão buscou adotar uma estrutura mais enxuta, mais ágil e preparada para responder com velocidade e com maior eficiência às demandas diárias. E foi devido a esta necessidade de adaptação que foi feita a redução do número total de coordenações da ADM, pela fusão de coordenações já existentes, ou extinção de coordenações.

Atendendo a uma solicitação da comissão de acompanhamento e avaliação (CAA), o IDSM daria início em 2014 a um planejamento estratégico voltado a identificação de novos objetivos estratégicos, redefinição de macroprocessos e construção de indicadores. Todos estes aspectos serão extremamente relevantes para a repactuação do contrato de gestão, a ser realizada em 2015. Entretanto, o planejamento estratégico do IDSM foi uma das ações canceladas por falta de recursos financeiros a serem transferidos a tempo pelo MCTI. Em fins de 2014, um acórdão do TCU determinou que o IDSM, bem como todas as OS supervisionadas pelo MCTI, realizasse algumas ações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão de informações e do planejamento anual das ações. Tais determinações foram integralmente acatadas e o IDSM promoveu uma série de medidas de conformidade ao referido acórdão.

O sistema de gestão de pessoas está baseado num esforço para gerar um bom ambiente entre os empregados. Benefícios tais como seguro de vida, plano de saúde, ações de apoio à atividade física dos colaboradores, foram implementados nos últimos anos. Desde 2013 funciona um restaurante subsidiado que beneficia os empregados do IDSM.

O sistema de gestão de materiais e equipamentos é composto por um sistema de gestão patrimonial que cataloga e acompanha o uso destes equipamentos, associado a uma coordenação que realiza a criação de condições de segurança para as pessoas, e que garante a manutenção de prédios, veículos, embarcações e equipamentos.

O sistema de gestão administrativa foi atualizado em 2012, quando foi adotado um sistema informatizado que interliga todos os departamentos administrativos aos seus clientes, que são os pesquisadores e extensionistas que se utilizam desses serviços. O sistema encontra-se em pleno funcionamento, mas requer periódicas atualizações e ajustes, voltados a adaptá-lo à situação particular do IDSM e as novas exigências legais vigentes no país.

O demonstrativo da evolução patrimonial do IDSM é apresentado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Evolução do patrimônio adquirido com recursos do Contrato de Gestão, e sua variação percentual em 2014.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO CONTRATO DE GESTÃO ATÉ 12/2014										
BENS	2010		2011		2012		2013*		2014**	
	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%
Terrenos	0	-	0	-	0	-	10.000,00	100	10.000,00	0
Edificações	1.108.821,43	100,00	1.146.311,43	3	1.297.619,28	13	2.105.051,63	62	2.617.458,78	24
Instalações	166.874,00	100,00	166.874,00	0	169.964,00	2	200.064,25	18	200.064,25	0
Máq., Apar. e Equipamentos	756.824,44	100,00	1.070.025,07	41	1.617.042,64	51	2.470.832,47	53	2.766.922,82	12
Equipamentos de Informática	557.969,53	100,00	651.089,91	17	821.121,18	26	1.118.669,76	36	1.657.824,80	48
Veículos/Embarcações	215.370,00	100,00	297.770,00	38	480.650,00	61	426.500,00	-11	441.550,00	4
Móveis e Utensílios	208.867,79	100,00	226.517,99	8	271.593,16	20	468.971,19	73	573.921,18	22
Acervo Bibliográfico	0,00	100,00	7.056,56	100	23.015,37	226	43.842,28	90	53.618,68	22
Imobilizações Intangíveis	113.181,49	100,00	142.560,38	26	149.383,00	5	250.598,21	68	302.109,02	21
Benfeitorias em Bens	56.840,00	100,00	63.530,00	12	352.974,80	456	487.603,40	38	536.353,40	10
Imobilizado em Andamento	0,00	100,00	148.085,66	100	230.473,86	56	408.819,21	77	315.385,30	-23
TOTAL	3.184.748,68	100,00	3.919.821,00	23	5.413.837,29	38	7.990.952,40	48	9.475.208,23	19

Fonte: Deptº de Contabilidade do IDSM.

* Em 2013 ocorreu decréscimo da conta de Veículo/Embarcações devido à baixa do bem inservível (Veículo S10).

** Em 2014 houve um decréscimo na conta de Imobilizado em Andamento devido à finalização da obra e a transferência contábil para conta de Edificações. Permanecem no saldo os valores das obras que ainda não haviam sido concluídas no período.

4. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Ao longo de 2014 o IDSM não recebeu recomendações da CGU.

Quadro 1. Recomendações da CGU

Providências Apontadas pela CGU		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
Entidades objeto da recomendação		
Descrição da Recomendação:		
O IDSM não recebeu nenhuma recomendação da CGU em 2014		
Providências Adotadas		
Síntese da providência adotada		
Síntese dos resultados obtidos		
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		

Quadro 2. Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 007.680/2014-7	3304/2014 – TCU - Plenário			Ofício Circular No. 15/2014 - SCUP
Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Todas as OS: CGEE; Embrapii; RNP; CNPEM; IMPA; IDSM					
Descrição da Deliberação:					
<p>9.4.1. nas fases de negociação, aprovação e pactuação dos termos aditivos anuais, os produtos e serviços propostos nos planos de ação estejam subsidiados em documentos que contenham informação apta a evidenciar objetivamente qual produto ou serviço será executado e de que forma ele está correlacionado com os objetivos do contrato de gestão e das políticas de CT&I, além da estimativa de custos, nos moldes definidos no Acórdão 710/2011-TCU-2ª Câmara; e</p> <p>9.4.2. na execução dos planos de ação, especifiquem cada programa, projeto, subação ou atividade por intermédio, no mínimo, das seguintes informações: identificação detalhada do produto ou serviço a ser entregue e dos prazos de conclusão; identificação precisa da origem da demanda (unidade e responsável); vinculação aos objetivos estratégicos; cronograma físico e financeiro; estimativa detalhada dos custos; estratégia de implementação, quando couber; critérios e/ou procedimentos de aceitabilidade e de avaliação de qualidade, quando couber; impactos estimados ou potenciais, incluindo possíveis beneficiários ou usuários; e forma de divulgação ou publicação dos resultados;</p> <p>9.6.1. identificação do produto ou serviço, vinculação a programa, projeto ou ação ou subação do plano de ação e autor ou responsável;</p> <p>9.6.2. lista das pessoas físicas e jurídicas contratadas para a execução das metas previstas, contendo, ao menos, número do contrato ou ajuste, razão social, CNPJ e/ou CPF, objeto da contratação, vigência e valor contratado;</p> <p>9.6.3. cópia eletrônica dos produtos ou a indicação de como podem ser consultados, dentre outras informações que entenderem cabíveis.</p>					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
Foram realizadas alterações no formato do Plano de Ações Anuais, incluindo o detalhamento solicitado. Foram feitas alterações no website do IDSM incluindo links para a obtenção das informações detalhadas e aumento da transparência nas contratações conforme solicitado.					
Síntese dos resultados obtidos					
Conformidade do IDSM com o estabelecido no acórdão 3304/2014 – TCU - Plenário					
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Deliberação com efeito positivo que demonstra o empenho da instituição em atender as orientações que vão facilitar a gestão da informação e o planejamento anual das ações					

O Quadro 3, a seguir, apresenta as notas obtidas pelo IDSM após a avaliação anual da instituição nos anos de 2010 a 2013.

Quadro 3. Histórico das avaliações da Comissão de Avaliação - CA do MCTI

INDICADORES	PONTUAÇÃO			
	2010	2011	2012	2013
Avaliação Geral da Comissão ao IDSM	8,31	9,48	9,82	9,40

O Quadro 4 apresenta a recomendação/sugestão solicitada pela Comissão de Avaliação do MCTI, após análise do Relatório Semestral de 2014 do IDSM.

Quadro 4. Cumprimento às Recomendações da Comissão de Avaliação do MCTI

Recomendações/Sugestões da CA	
Relatório	Item
Semestral 2014	3.1 b
Descrição da Recomendação/Sugestão:	
A CA solicita que o IDSM envie esforços para possibilitar que o GEOPI apresente os avanços feitos no Planejamento Estratégico do IDSM na próxima Reunião Semestral de Acompanhamento do Contrato de Gestão	
Providências Adotadas	
Síntese da providência adotada:	
Os trabalhos desta consultoria do GEOPI ainda não foram realizados	
Síntese dos resultados obtidos:	
Recomendação não atendida neste Relatório. O IDSM contatou o Prof. Sérgio Salles Filho para celebrar contrato para realização dos serviços de planejamento estratégico e início dos mesmos. Após análises jurídicas do IDSM e da Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP – FUNCAMP, o contrato foi aprovado e as primeiras ações para análise documental do IDSM tiveram início. Os problemas de caixa iniciados logo em março/2014 fizeram com que as atividades fossem adiadas, pois o IDSM não teria como assumir os primeiros pagamentos a serem realizados. Como as dificuldades financeiras persistiram ao longo de todo o ano de 2014, em novembro o IDSM propôs o cancelamento do contrato, explicando a situação aos membros do grupo de consultores. Tão logo a situação financeira do IDSM seja normalizada, voltaremos a celebrar contrato visando o referido estudo.	
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Recomendação com efeito positivo que demonstra o empenho da instituição em buscar orientações que vão facilitar o Planejamento Estratégico.	

5. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os seis macroprocessos pactuados para a atuação institucional têm sua performance analisada por meio de 15 indicadores.

O Macroprocesso 1, "Produção Científica" tem cinco indicadores: índice geral de publicações por ano; índice de publicações indexadas dos pesquisadores do IDSM ao ano; índice de publicações indexadas abrangente de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano; índice de publicações não-indexadas reunindo todo tipo de produção científica não-indexada do IDSM ao ano, e número de eventos de difusão científica do IDSM.

O Macroprocesso 2, "Disseminação Tecnológica", reflete o nível de disseminação do conhecimento produzido pelo IDSM através de um indicador: Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.

O Macroprocesso 3, "Manejo Sustentável", apresenta o desenvolvimento de processos de manejo sustentável de recursos naturais, replicáveis dentro e fora das RDSM e RDSA e tem cinco indicadores: Número cumulativo de rotinas de abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb); índice de clareiras de derrubada nas áreas de manejo florestal comunitário; número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA); índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate; índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA.

O Macroprocesso 4 trata da "Qualidade de Vida" experimentando a implementação de processos e tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha e medindo seus impactos nesta qualidade, e possui um indicador que registra as comunidades beneficiadas por esses experimentos nas duas Reservas.

O Macroprocesso 5, "Tecnologias de Gestão" trata de processos desenvolvidos para promover a gestão participativa nas Reservas Mamirauá e Amanã e que possam ser replicados para outras áreas protegidas. O macroprocesso tem dois indicadores: índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM e índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários.

O Macroprocesso 6, que trata do "Desenvolvimento Institucional", tem um indicador que mede a relação entre a receita do contrato de gestão e as demais alavancadas pela instituição.

O desempenho do IDSM é acompanhado e avaliado pelos indicadores referentes a cada macroprocesso apresentado acima. As metas destes indicadores para 2014 podem ser vistas no Anexo I. Um detalhamento do cálculo e das prospecções de cada um encontra-se na memória técnica no Anexo II.

Macroprocesso 1: Produção Científica

Este macroprocesso trata da produção e da produtividade científica da instituição, contabilizando os resultados das pesquisas voltadas para subsidiar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social nas florestas alagáveis da Amazônia.

O quadro 5 abaixo mostra o número de publicações produzidas por membros do IDSM, estudantes e pesquisadores externos colaboradores de outras instituições em 2014. O quadro 7 mostra a evolução do desempenho institucional entre os anos 2010 e 2014.

O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para fins do cálculo do indicador foi de 35 (20 pesquisadores e 15 bolsistas com no mínimo 12 meses de atuação no IDSM em 31/12/2014) (quadro 6). O apêndice 1 mostra o quadro de pessoal do IDSM com pesquisadores contratados e bolsistas do CNPq (PI) além de pesquisadores externos colaboradores (PE) e estudantes (E). O apêndice 2 contém a lista de publicações contabilizadas nos indicadores 1 a 4.

Quadro 5. Número de publicações por categoria em 2014.

Tipo de produção	Publicações indexadas	Livros e Capítulos de livros	Resumos em congressos	Documentos de graduação e pós-graduação	Total
Membros do IDSM (PI)	28	7	129	0	164
Colaboradores (PE)	8	n/a	n/a	n/a	8
Estudantes (E)	n/a	n/a	10	17	27
Total	36	7	139	17	199

Quadro 6. Quadro de pessoal contabilizado

Tipo de colaborador	Nº
Membros do IDSM (PI)	35
Colaboradores (PE)	7
Estudantes (E)	19

Quadro 7. Evolução do desempenho institucional em relação ao Macroprocesso 1

Indicadores do Macroprocesso 1	2010	2011	2012	2013	2014
1. Índice Geral de Publicação (IGPub) no ano	1,10	1,17	0,93	1,78	1,00
2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) do IDSM ao ano.	0,51	0,6	0,68	1,07	0,8
3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	0,31	0,69	0,76	1,09	0,86
4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	2,37	2,00	2,78	3,66	3,02
5. Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	6	6	6	5	3

Indicador 1 – Índice Geral de Publicação (IGPub) ou Produtos Científicos por Ano

1.1. Apresentação

Este indicador demonstra a efetividade dos trabalhos de pesquisa medindo a produtividade global dos membros do IDSM para os diversos tipos de produção científica publicada.

1.2. Alcançado no ano

Durante 2014 houve um total de trinta e cinco (35) publicações indexadas e não indexadas, mas com ISSN ou ISBN produzidas por membros do IDSM como autores principais ou como coautores. A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 35.

Indicador 1		
Descrição		Índice Geral de Publicação (IGPub) ou produtos científicos por ano.
Unidade		N
Tipo		Efetividade
Peso		2
Finalidade		Medir a produção científica indexada e não indexada dos membros do IDSM.
Limitações		Muitas produções não-indexadas são de difícil comprovação e não são computadas adequadamente.
Aderência ao Macroprocesso		A Produção Científica inclui publicações indexadas e não-indexadas.
Aderência ao Objetivo Estratégico		A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo		<p>São contabilizados todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados e não-indexados, mas com ISSN, e todos os livros ou capítulos de livros avaliados pelos pares (por comitê editorial), com ISBN, publicados pelos membros do IDSM (como autores principais ou co-autores) no ano referente à análise. Foi seguida a fórmula:</p> $\text{IGPub} = \frac{\text{NGPUB}}{\text{TNSE}} \quad \text{IGPub} = 35/35 = 1$ <p>Onde: NGPUB = (28 artigos publicados em periódicos indexados + 7 livros ou capítulos de livros) = 35 publicados no ano de 2014 TNSE = 35 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (20 funcionários e 15 bolsistas com 12 meses de atuação). Ver apêndice 1.</p>
Fonte da Informação		Registros da produção científica geral do IDSM.
Meta Pactuada	0,9	Meta desafiadora pelo pequeno quadro de pesquisadores do IDSM.
Meta Realizada	1,00	Meta de difícil realização. O empenho da equipe conseguiu atingir a meta. A atividade científica do IDSM foi afetada pela falta de recursos financeiros, e sua produtividade poderia ter sido melhor. Haverá possivelmente uma queda na produção científica de 2015 em decorrência destes problemas.

Indicador 2 – Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos Pesquisadores do IDSM ao Ano

2.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficiência dos trabalhos de pesquisa medidos pela produtividade científica indexada dos membros do IDSM.

2.2. Alcançado no ano

No período 28 publicações indexadas foram produzidas por membros do IDSM como autores ou coautores. A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 35.

Indicador 2	
Descrição	Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos Pesquisadores do IDSM ao Ano.
Unidade	N
Tipo	Eficiência
Peso	3
Finalidade	Apresentar a publicação de artigos científicos dos membros do IDSM em periódicos indexados por indexadores internacionais, e com ISSN.
Limitações	Não há
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica é medida principalmente por publicações indexadas.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo	<p>São contabilizados todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados em indexadores internacionais, e com ISSN. Foi usada a seguinte fórmula:</p> $\text{IPub-I} = \frac{\text{NPUBI}}{\text{TNSE}} \quad \text{IPub-I} = 28/35 = 0,8$ <p>Onde: NPUBI = 28 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM como autores principais ou coautores.</p> <p>TNSE = 35 “Técnicos de Nível Superior e Especialistas” vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (20 funcionários e 15 bolsistas). Ver apêndice 1.</p>
Fonte da Informação	Consulta aos registros de produção científica

		indexada do IDSM.
Meta Pactuada	0,8	Meta altamente desafiadora pelo pequeno grupo de pesquisadores e difícil acesso às revistas indexadas, que é muito competitivo.
Meta Realizada	0,8	Meta de difícil realização face às exigências de revistas indexadas.

Indicador 3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de Pesquisadores e Colaboradores do IDSM ao Ano

3.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficiência dos trabalhos combinados de pesquisa com colaboradores externos, medidos pela produtividade científica indexada dos membros do IDSM juntamente com a dos seus colaboradores externos (de outras instituições).

3.2. Alcançado no ano

No ano de 2014 houve 36 publicações indexadas realizadas por membros do IDSM e/ou colaboradores externos como autores ou coautores (com resultados dos trabalhos desenvolvidos em colaboração). A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 35 e o número de pesquisadores colaboradores externos (CE) associados atuando em 2014 foi de 7. Portanto, o TNSE + CE ficou em 42.

Indicador 3	
Descrição	Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de Pesquisadores e Colaboradores do IDSM ao Ano.
Unidade	N
Tipo	Eficiência
Peso	3
Finalidade	Medir a produção dos trabalhos de pesquisa indexados com a participação da equipe do IDSM e de colaboradores externos (de outras instituições).
Limitações	A dificuldade do IDSM de acompanhar e registrar a produção científica dos colaboradores externos.
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica é representada por publicações e por colaborações externas.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo	São contabilizados todos os artigos científicos

		<p>publicados em periódicos indexados em indexadores internacionais, e com ISSN.</p> $IPub-IA = \frac{NPUBIC}{(TNSE + CE)}$ <p>$IPub-IA = 36/(35+7) = 36/42 = 0,86$</p> <p>Onde:</p> <p>NPUBIC = 36 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM ou seus colaboradores externos como autores principais ou coautores (estes artigos devem versar sobre os temas de trabalho do IDSM, sobre as RDSM e RDSA, ou suas populações ou espécies, e produzidos por meio de suporte institucional do IDSM). Ver listagem no apêndice 2.</p> <p>TNSE = 35 técnicos de nível superior e especialistas vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas). Ver apêndice 1.</p> <p>CE = 07 colaboradores externos que realizaram pesquisas em colaboração com o IDSM, e com seus pesquisadores. Foram contabilizados colaboradores que tiveram seu trabalho de pesquisa apoiado pelo IDSM (em termos de recursos financeiros e/ou infraestrutura e/ou logística). Ver apêndice 1.</p>
Fonte da Informação		Consulta aos registros da produção científica indexada do IDSM e de seus colaboradores externos.
Meta Pactuada	0,75	A meta a ser alcançada é imprevisível porque é difícil haver governança do IDSM sobre a produção científica de colaboradores externos.
Meta Realizada	0,86	Fora da governabilidade da instituição porque não há governança da produção científica de pesquisadores de fora da instituição. Mesmo assim a meta foi alcançada.

Indicador 4 – Índice de Publicações não indexadas (IpuNI), Reunindo todo tipo de Produção Científica não Indexada Realizada no IDSM ao Ano

4.1. Apresentação

Este indicador reflete a efetividade dos trabalhos de pesquisa medidos pela produtividade global dos membros do IDSM para os diversos tipos de produção científica.

4.2. Alcançado no ano

No ano de 2014 foram produzidos 1 livro, 6 capítulos de livros, 129 resumos não indexados por pesquisadores internos, 10 resumos produzidos por estudantes e 17 documentos de conclusão de graduação e/ou pós-graduação (4 monografias, 8 dissertações e 5 teses). A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. Para contabilizar o indicador foram considerados 35 técnicos de nível superior e especialistas e 19 estudantes atuando junto ao IDSM em 2014, totalizando 54 pesquisadores.

Indicador 4	
Descrição	Índice de publicações não indexadas (IpuNI) reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.
Unidade	N
Tipo	Efetividade
Peso	2
Finalidade	Medir a produtividade global dos membros do IDSM contabilizando os diversos tipos de produção científica.
Limitações	O número de estudantes de graduação e de pós-graduação que optam por realizar seus trabalhos de conclusão de curso sob a supervisão da equipe de pesquisadores do IDSM varia a cada ano e não há muita governança institucional neste aspecto. Boa parte da produção não indexada é de difícil comprovação ou registro.
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica inclui todo tipo de publicação (livros e capítulos de livros, resumos em eventos científicos, documentos de conclusão de graduação e pós-graduação).
Aderência ao Objetivo Estratégico	A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo	São contabilizados todos os produtos científicos não indexados publicados pelos membros do IDSM (como autores principais ou coautores), somados aos bolsistas e estudantes apoiados pelo IDSM no ano referente à análise. $IPuNI = \frac{NPCNI}{TNSE}$ $IPuNI = (1+6+129+10+17)/54 = 3,02$ Onde: NPCNI = 163 produtos científicos não indexados (1 livro +6 capítulos de livros + 129 resumos em eventos científicos publicados + 10 resumos em eventos científicos de

		estudantes + 17 documentos de conclusão de pós-graduação) desenvolvidos por orientandos ou coorientandos dos membros do IDSM tais como monografias, dissertações e/ou teses apoiadas pelo IDSM executados no período da análise. Ver apêndice 2. TNSE = 35 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), e 19 estudantes autores de trabalho considerado na mensuração do indicador (presentes no numerador – NPCNI). Ver apêndice 1.
Fonte da Informação		Consulta aos registros de produção científica geral do IDSM.
Meta Pactuada	4,0	Meta imprevisível face não se ter governança sobre o número de estudantes que poderiam contribuir com seus trabalhos de conclusão de graduação ou pós-graduação.
Meta Realizada	3,02	Meta quase alcançada em função da redução da participação da equipe de pesquisadores em eventos científicos externos por limitação de recursos.

Indicador 5 – Número de Eventos de Difusão Científica (EDCP) Promovidos pelo IDSM ao Ano

5.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficácia do IDSM na promoção de eventos científicos, voltados à divulgação e incentivo da produção científica de seus membros, alunos, estagiários e parceiros externos.

5.2. Alcançado no ano

Durante 2014 foram promovidos três (3) eventos de difusão científica, especialmente em função das dificuldades financeiras atravessadas pelo IDSM ao longo do ano. Também colaborou com este resultado o fato do programa de iniciação científica para alunos de nível médio (PIBIC Jr.) não ter se desenvolvido durante boa parte de 2014. Resultado de uma pendência burocrática entre FAPEAM e CNPq, o programa só pode ser reiniciado ao final do segundo semestre do ano. As programações dos eventos estão no anexo III, na parte II do relatório.

1. Seminário Parcial PIBIC Sr CNPq:

Realizado na sede do IDSM, no dia 28 de Fevereiro de 2014, o Seminário Parcial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Sênior (PIBIC Sr) do Convênio CNPq-IDSM contou com a apresentação de 18 projetos em andamento (Anexo III). O objetivo deste evento foi contribuir com o desenvolvimento dos bolsistas PIBIC Sr., visando seu aprimoramento na área da pesquisa, através da avaliação dos projetos em andamento. Os projetos apresentados foram avaliados pelo Comitê PIBIC – IDSM com a presença dos avaliadores externos da Universidade Estadual do Amazonas (UEA–CEST/Tefé).

2. SIMCON:

Entre os dias 01 e 03 de julho de 2014, o Instituto Mamirauá realizou em Tefé, Amazonas, a décima primeira edição do seu Seminário Anual de Pesquisas. Em 2014, 118 trabalhos foram apresentados cobrindo diferentes temas das ciências sociais e naturais. Ver Anexo III. O Simpósio tem por objetivo promover a divulgação científica e o debate sobre a conservação da biodiversidade, o manejo de recursos naturais, a gestão de áreas protegidas e os modos de vida das populações locais. É um evento que promove a interação acadêmica interdisciplinar, gerando diálogo entre pesquisadores de diferentes campos do conhecimento.

3. Seminário Final PIBIC Sr CNPq:

Durante o dia 30 de julho de 2014 os bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Sr. CNPq – IDSM/OS-MCTI apresentaram os resultados de suas pesquisas. 17 trabalhos foram apresentados e ao final do evento os melhores trabalhos foram premiados. A programação do evento é apresentada no anexo III.

Indicador 5	
Descrição	Número de eventos de difusão científica (EDCP) promovidos pelo IDSM ao ano.
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir a promoção de eventos científicos voltados à divulgação e incentivo da produção científica da equipe do IDSM, de alunos, estagiários e parceiros externos.
Limitações	Não há
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica também é medida pelo grau de intercâmbio e participação de colaboradores externos.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A participação da equipe do IDSM na elaboração e participação dos cursos e seminários possibilita uma avaliação e aprimoramento dos trabalhos realizados e uma

		melhor divulgação da produção científica no ano.
Fórmula de Cálculo		Contagem direta dos eventos científicos promovidos pelo IDSM no ano da análise.
Fonte da Informação		Levantamento da programação dos eventos científicos constando os trabalhos apresentados e a relação de participantes
Meta Pactuada	6	Meta dimensionada neste limite, que corresponde a capacidade (tempo, recursos) que o IDSM dispõe para executá-la.
Meta Realizada	3	No ano de 2014 o PIBIC Jr. permaneceu suspenso pela FAPEAM até quase o final do ano. Além disso, o IDSM não pôde dispor de recursos financeiros para realizar outro evento de difusão científica planejado para o ano.

Macroprocesso 2 : Disseminação Tecnológica

Este macroprocesso trata da disseminação para outras áreas da Amazônia de processos e tecnologias que foram desenvolvidas e/ou testadas pelo Instituto Mamirauá nas Reservas Mamirauá e Amanã.

Indicador 6 – Número de Eventos de Disseminação das Experiências e Melhores Práticas do IDSM (EDEMP) ao Ano

6.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia dos programas do IDSM voltados ao desenvolvimento de processos de manejo de recursos naturais e de incremento da qualidade de vida. Mostra ainda a disseminação desses processos e tecnologias desenvolvidos pela instituição, por meio da realização de cursos e treinamentos para potenciais multiplicadores destas experiências do IDSM em outras localidades da Amazônia. Tanto na região do médio Solimões, como em outros estados e países da Pan-Amazônia.

6.2. Alcançado no ano

No ano de 2014 foram realizados sete cursos para multiplicadores, das seguintes experiências: Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros com foco no Manejo do Pirarucu, Turismo de Base Comunitária, Conhecimentos em Sistemas Agroflorestais (2 cursos), Metodologia de Contagem de Pirarucu, Ferramentas para Gestão de Áreas Protegidas, e Implementação de Tecnologias Sociais: módulo “Sistema de Abastecimento de Água com Energia Solar Fotovoltaica”.

Instituições de origem dos participantes dos Cursos de Multiplicadores do ano de 2014

Da Amazônia Brasileira

Universidade do estado do Amazonas-UEA/CEST/Tefé

Fundação Nacional de Assistência ao Índio - FUNAI/Tefé

RDS do Tupé/AM

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS/Manaus

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM

Projeto Cores e Sabores do Campo/Presidente Figueiredo/AM

Exército da 16ª Brigada de Infantaria e Selva

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA

Operação Amazônia Nativa – OPAN/TI Paumari do Rio Tapauá

Instituto de Preservação da Amazônia- IPRESAM/PA

IDS Fonte Boa/AM

Secretária Municipal de Pesca, Aquicultura, produção e Abastecimento/Maraã

Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade - ICMBio

Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia- NAPRA

Resex do Lago Cuniã/RO

Instituto Piagaçu Purus – IPI/AM

RDS Piagaçu Purus/AM

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas- IDAM/Lábrea

Secretaria de Pesca e Aquicultura/PA

Fundação Vitória Amazônica/ Resex do Rio Unini/AM

Fundação Amazonas Sustentável – FAS

Associação Casa da Cultura Karajá e Tapirapé/TO

Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente – SAPOPEMA/PA

Colônia de Pescadores Z-55/Japurá/AM

Quilombo Mel da pedreira/AP

Projeto RECA/RO

Colônia de Pescadores Z-32/Maraã/AM

Floresta Nacional de Tefé/FLONA/AM

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social de Fonte Boa/AM

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini/AM

Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania do Amazonas

De outras regiões do Brasil

Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

Consultoria Ambiental IDOM/SP

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFPR/PR

Maiataca Turismo/SP

Universidade Federal da Paraíba – PRODEMA

Estação Ecológica Estadual SAGARANA/Paraíba

Universidade Estadual da Paraíba – UEP

Universidade Federal de Viçosa/MG

Da Pan Amazônia

FUNDAMAZONIA/Peru

Serviço Nacional de Áreas Protegidas/Peru

Instituto de Investigação Aplicada aos Recursos da Água - FAUNAGUA/ Bolívia

Indicador 6		
Descrição		Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.
Unidade		N
Tipo		Eficácia
Peso		3
Finalidade		Este indicador mostra a eficácia dos programas do IDSM voltados ao desenvolvimento de processos de manejo de recursos naturais e de incremento da qualidade de vida, na disseminação de processos e tecnologias desenvolvidos pela instituição por meio da realização de cursos e treinamentos para potenciais multiplicadores destas experiências do IDSM em outras localidades da Amazônia, na região do médio Solimões, e mesmo em outros estados e países da Pan-Amazônia.
Limitações		Não há
Aderência ao Macroprocesso		A Disseminação Tecnológica é medida pela realização de eventos, cursos e treinamentos voltados à geração de multiplicadores.
Aderência ao Objetivo Estratégico		Os cursos e treinamentos oferecidos pelo IDSM a técnicos de outras instituições do estado, de outras regiões e do exterior funcionam como multiplicadores das experiências e trabalhos desenvolvidos pela equipe do IDSM.
Fórmula de Cálculo		Contagem direta dos cursos acerca do desenvolvimento de processos e tecnologias desenvolvidos pelo IDSM no ano.
Fonte da Informação		Relatórios de atividades dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.
Meta Pactuada	7	Meta apropriada em função do tamanho e disponibilidade da equipe do IDSM
Meta Realizada	7	Atingimento da meta como previsto no limite dos recursos disponíveis para a realização dos cursos. Embora atrasados, os recursos disponíveis permitiram a realização dos cursos planejados.

Macroprocesso 3: Manejo sustentável

O objetivo do macroprocesso é desenvolver processos de manejo sustentável de recursos naturais que possam ser replicáveis dentro e fora das Reservas Mamirauá e Amanã.

Indicador 7 – Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).

7.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia do desenvolvimento dos sistemas de manejo de recursos naturais implementados ou promovidos pelo IDSM, e sua adequação a distintas realidades ambientais e sociais encontradas na sua fase de implantação. Cada um dos sistemas de manejo desenvolvidos e adaptados pelo IDSM precisa ser ajustado a casos especiais em função das particularidades ambientais ou em função da realidade social dos manejadores. A elaboração de “protocolos” ou “rotinas de abordagem” para guiar e documentar estes ajustes, e abordar cada uma destas distintas realidades mede a eficácia dos sistemas de manejo, de sua capacidade de adaptação e de seu potencial de replicação. O indicador tenta demonstrar que os diferentes sistemas de manejo em curso ou em preparação no IDSM se dirigem a uma adaptação às condições sociais e ambientais de cada caso. Atualmente são implementados ou promovidos pelo IDSM sistemas de manejo nas seguintes áreas:

1. Recursos turísticos ou cênicos
2. Recursos pesqueiros para fins alimentares
3. Recursos pesqueiros para fins ornamentais
4. Recursos florestais madeireiros
5. Recursos florestais não madeireiros
6. Recursos faunísticos

O método de cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa direta de protocolos elaborados e publicados pelo IDSM sobre as distintas adaptações dos sistemas de manejo para as distintas realidades socioambientais abordadas em campo.

7.2. Alcançado no ano

O processo de elaboração de mais uma rotina/protocolo foi concluído, mas não foi possível publicar a versão eletrônica e nem a versão impressa conforme previsto até o final do ano de 2014 por falta de recursos financeiros para a atividade. Até 2013 foram publicados no sítio do IDSM na Internet seis protocolos. Dois sobre duas diferentes modalidades de pesca manejada de pirarucus, um sobre a pesca de peixes ornamentais, um sobre turismo de base comunitária, um sobre manejo florestal comunitário (recursos madeireiros) e um sobre manejo de jacarés.

Em 2014 foi elaborado o conteúdo de um protocolo acerca do manejo de transporte de caranguejos nas florestas de manguezais do leste do Pará. Assim que possível o mesmo será publicado, conforme planejado. Uma outra rotina de abordagem, sobre uma das modalidades de manejo de pesca, está também em fase de elaboração, para conclusão em 2015.

Indicador 7		
Descrição		Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).
Unidade		N
Tipo		Eficácia
Peso		3
Finalidade		Medir o desenvolvimento de sistemas de manejo de recursos naturais implementados ou promovidos pelo IDSM, e sua adequação a distintas realidades ambientais e sociais encontradas na sua fase de implantação e multiplicação.
Limitações		Não há.
Aderência ao Macroprocesso		O Manejo Sustentável desenvolvido pelo IDSM destina-se também à multiplicação em outras áreas similares. Protocolos são importantes instrumentos desta multiplicação.
Aderência ao Objetivo Estratégico		O indicador mede a eficácia dos sistemas de manejo, de sua capacidade de adaptação e de seu potencial de replicação.
Fórmula de Cálculo		Contagem direta cumulativa das rotinas de abordagem ou protocolos de manejo sustentável de recursos naturais apropriados para diferentes contextos socioambientais.
Fonte da Informação		São as publicações dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.
Meta Pactuada	7	Meta realista por demonstrar a capacidade de atendimento da elaboração de um protocolo por ano.
Meta Realizada	6	Meta não atingida por falta de recursos para editar e publicar a rotina de abordagem elaborada no ano.

Indicador 8 – Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.

8.1. Apresentação

Este indicador mede a efetividade das medidas de manejo e da atuação dos responsáveis pelo Programa de Manejo Florestal Comunitário (PMFC), ambas aferidas pelo acompanhamento da quantidade de habitat convertido por ano para fins madeireiros. Por recomendação da Comissão de Avaliação, o índice passou a ser calculado por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m²) pelo somatório da área manejada (em hectares).

Uma interferência de manejo deve, por princípio, realizar o menor impacto possível na floresta. Em áreas de extração tradicional ou convencional e não manejada de madeira o impacto da atividade pode ser medido por vários meios. Um deles é o tamanho médio das clareiras formadas. Num cálculo que envolve um grande número de clareiras, em áreas de exploração de tamanho variável, este impacto foi calculado como cerca de 800 m² por hectare de floresta, nos quais 12 árvores, em média, são derrubadas para cada árvore a ser explorada.

Nas áreas de manejo comunitário que recebem apoio técnico-científico do IDSM, este tamanho médio pode ser reduzido à metade ou mesmo menos que isto. Nos anos anteriores a 2010, quando foi definido o V0, o tamanho médio do impacto foi calculado em 400 m² por hectare de floresta explorada. Espera-se que este impacto seja reduzido em 20% paulatinamente até atingir os níveis inferiores a 320 m² ao longo do período de 2011 a 2015. Assim, 320 m² por hectare por ano será o limite superior da meta ao final do período, e não poderá ser ultrapassado. Para cada ano haverá uma redução de 20m² na meta da medida.

O Conselho de Administração do IDSM posicionou-se em favor de alterar a fórmula de cálculo deste indicador. Esta posição foi inicialmente enunciada em 2011, quando o Conselho sugeriu que fosse calculado um indicador de Eficiência do Manejo Florestal, no qual o volume (m³) de madeira produzida nas áreas de manejo seria dividido pela área das clareiras abertas para tal manejo (m²). A comissão de avaliação deliberou que este cálculo poderia ser feito, e os resultados apresentados nos relatórios subsequentes, mas que a atual fórmula de cálculo deveria ser mantida. Em 2014 o Conselho reafirma sua posição de que a fórmula de cálculo deve ser alterada. Esta posição é compartilhada pelos membros do IDSM, que consideram este indicador proposto pelo Conselho como de maior significância, por incluir um conjunto maior de parâmetros relevantes para o manejo florestal comunitário.

8.2. Alcançado no ano

No ano de 2014 houve quatro explorações florestais de impacto reduzido, nas áreas das comunidades: Nova Jerusalém, São Francisco, Vista Alegre e Ingá. As medições das clareiras nestas áreas foram iniciadas no primeiro semestre, com visitas às comunidades nos meses de Fevereiro (São Francisco e Vista Alegre) e Abril (Nova Jerusalém). Já no segundo semestre, visitas foram realizadas nos meses de Outubro (Nova Jerusalém, Ingá e São Francisco) e Novembro (Nova Jerusalém). Para concluir as medições uma das áreas de manejo, na Restinga do Cedro, da Comunidade de Vista Alegre, encontrava-se inacessível em todas as oportunidades em que foi visitada. E assim não pôde ser medida. Desta maneira, os dados apresentados neste indicador (Ver tabela 2) tem caráter preliminar, e seu ajuste será realizado na ocasião da avaliação das 43 clareiras restantes, tão logo forem medidas..

Considerando a exploração realizada nos 126,16 ha licenciados em 2014 para exploração nas comunidades supracitadas, a área total das clareiras abertas foi de 85.472,14 m². A divisão destes valores (Σ área de clareiras/ Σ hectare) caracteriza o Índice de Clareiras de Derrubada (ICD), que para o ano de 2014, em caráter preliminar, é representado pelo valor de 677,5 m²/ha. Este valor continua superior à meta definida para este índice, que previa uma área inferior a 340 m²/ha para 2014. Continuamos a acreditar, assim como no ano passado, que vários fatores contribuíram para tal, e principalmente que estes valores variam em função da espécie explorada (pela sua arquitetura de copa, presença de epífitas, cipós e lianas, etc.), e do indivíduo selecionado (altura, DAP, volume de copa, etc.). A variância encontrada para as medidas continua muito alta, e sugere que a mesma varia em função das árvores exploradas a cada ano.

No entanto, os valores alcançados para 2014 apresentam uma considerável redução em relação àqueles de 2013. A diferença para o ano anterior encontra-se no patamar de 80,7 m²/ha. Esta evolução quanto às metas definidas também pode ser observada no Índice de Eficiência do

Manejo Florestal (IEMF). A tendência positiva observada na sequência 2011/2013 continua para o ano de 2014 (Ver Tabela 3 e Figura 2), demonstrando um constante aumento na eficiência dos manejadores em diminuir os impactos de suas ações na floresta. No total, 1.839,7 m³ de madeira foram retirados, e sendo o Volume um componente da fórmula de IEMF, junto ao tamanho total da área de clareiras, gerou um valor de 21×10^{-3} m.

Tabela 2. Dados da exploração 2014 na RDSM assessorados pelo PMFC

<i>Espécie</i>	<i>Nº de Árvores a explorar</i>	<i>Ocas</i>	<i>Nº de Árvores exploradas</i>	<i>Quant. m³ explorados TORA</i>	<i>Valor Unit. (R\$)</i>	<i>Valor Total (R\$) Comercializado</i>
Assacú	1		1	7,817184	90	703,55
Castanharana	70	12	58	309,9872	90	27.898,85
Louro Inamui	3	2	1	2,851002	110	313,61
Macacaricuia	4		4	22,39807	90	2.015,83
Mulateiro	1	1	0	0	110	0
Seringa Barriguda	1		0	0	0	0
Total geral	80	15	64	343,0534		30.931,83

<i>Espécie</i>	<i>Nº de Árvores a explorar</i>	<i>Ocas</i>	<i>Nº de Árvores exploradas</i>	<i>Quant. m³ explorados TORA</i>	<i>Valor Unit. (R\$)</i>	<i>Valor Total (R\$) Comercializado</i>
Assacú	37	6	31	474,7001	90	42.723,01
Gitó	14	2	12	40,36427	110	4.440,07
Louro Abacate	1		1	2,385521	110	262,41
Louro Amarelo	3	3	0	0	110	0
Louro Caroba	1		1	3,093801	110	340,32
Louro inamui	11	1	10	29,86761	110	3.285,44
Macacaricuia	10		10	61,59956	90	5.543,96
Mamorana G.	4		4	38,75099	90	3.487,59
Tacaca	16	2	14	88,62707	90	7.976,44
Total geral	97	14	83	739,3889		68.059,22

<i>Espécie</i>	<i>Nº de Árvores a explorar</i>	<i>Ocas</i>	<i>Nº de Árvores exploradas</i>	<i>Quant. m³ explorados TORA</i>	<i>Valor Unit. (R\$)</i>	<i>Valor Total (R\$) Comercializado</i>
Açacu	46	2	44	477,57	90	42.981,31
Total	46		44	477,57		42.981,31

<i>Espécie</i>	<i>Nº de Árvores a explorar</i>	<i>Ocas</i>	<i>Nº de Árvores exploradas</i>	<i>Quant. m³ explorados TORA</i>	<i>Valor Unit. (R\$)</i>	<i>Valor Total (R\$) Comercializado</i>
Louro inamui	13		13	58,83	110	6.843,80
Açacu	54	2	52	591,7	90	52.947,93
Paricarana	1		0	0	90	0
Total	68		65	650,53		59.971,73

<i>Espécie</i>	<i>Nº de Árvores a explorar</i>	<i>Ocas</i>	<i>Nº de Árvores exploradas</i>	<i>Quant. m³ explorados PRANCHA</i>	<i>Valor Unit. (R\$)</i>	<i>Valor Total (R\$) Comercializado</i>
Jitó	37		0	0		
Louro Inamui	40		8	11	600	600,00
Mulateiro	3		0	0		
Total	80		8	11		600,00

Tabela 3. Evolução de alguns parâmetros do impacto e da eficiência na exploração das associações de manejadores assessoradas pelo IDSM (2010-2014).

ANO	N (clareiras de exploração)	N/ha	ICD (Índice de Clareiras de Derrubada) (m ² /ha)	IEMF (Índice de Eficiência do Manejo Florestal) (m ³ /m ²)
2010*	-	-	-	-
2011	17	0,83	303,8	11x 10 ⁻³
2012**	-	-	-	-
2013	76	1,47	761,7	17x10 ⁻³
2014	199	1,58	677,5	21x10 ⁻³

*-O nível extremamente baixo das águas em 2010 impediu o acesso às áreas de manejo.

**-As comunidade licenciadas para manejar em 2012 não se articularam para a atividade, não houve negociação com os compradores para financiamento da produção, e a atividade foi cancelada.

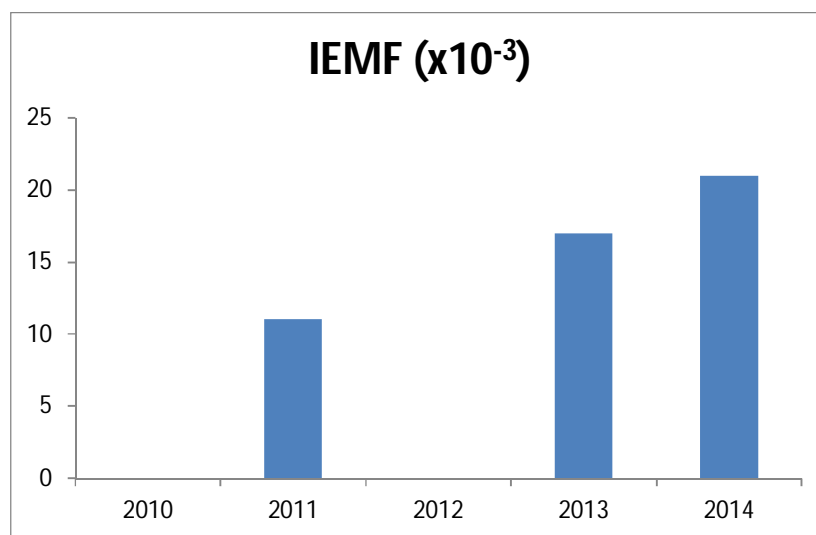


Figura 2 – Tendência de crescimento do índice de eficiência do manejo florestal (IEMF) dos manejadores do recurso madeireiro nas associações assessoradas pelo IDSM (em metros cúbicos de madeira produzida por metro quadrado de clareira aberta) nos últimos anos.

Indicador 8	
Descrição	Índice de clareiras de derrubada (ICD) nas áreas de manejo florestal comunitário.
Unidade	m²/ha
Tipo	Efetividade
Peso	2
Finalidade	Avaliar a efetividade das medidas de baixo impacto na atuação dos responsáveis pelo Manejo Florestal Comunitário aferidas pelo acompanhamento da quantidade de habitat convertido por ano para fins madeireiros.
Limitações	O ICD parece ser também influenciado por vários outros fatores. Desde o tamanho da amostra (número de árvores exploradas ou de clareiras abertas) até as espécies e indivíduos que foram explorados, passando por sua distribuição espacial.
Aderência ao Macroprocesso	O manejo florestal comunitário é uma das mais relevantes formas de uso dos recursos naturais da várzea que vem sendo ajustadas aos princípios da sustentabilidade do macroprocesso Manejo Sustentável .
Aderência ao Objetivo Estratégico	Pela interferência do manejo florestal espera-se realizar o menor impacto possível na floresta.
Fórmula de Cálculo	<p>O Cálculo é feito por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m²) pelo somatório da área manejada (em hectares)</p> <p>Onde:</p> $AC \text{ (área da clareira)} = \pi (D/2)^2 \text{ (onde D é o diâmetro da clareira), ou}$ $AC \text{ (área da clareira)} = \pi (r)^2 \text{ (onde r é o raio da clareira)}$ $STMC \text{ (somatório do tamanho das clareiras)} = \sum (\pi (D/2)^2) \text{ (em m}^2\text{)} = 39.267,54 \text{ m}^2$ $ICD = STMC/SAh \text{ (onde SAh é o somatório da área manejada no ano, em hectares, sob atividade de manejo florestal recebendo aconselhamento técnico do PMFC)}$
Fonte da Informação	Dados obtidos pelas medições das clareiras em explorações florestais.
Meta Pactuada	Abaixo de 340 m² /ha
Meta Realizada	677,5 m² /ha
	Resultado atípico e atemporal. Talvez indique que o indicador seja inadequado para representar a sustentabilidade do manejo, pois parece ser sensível a outros fatores e condicionantes. Há a sugestão para eliminar e substituir pelo IEMF.

Indicador 9 – Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)

9.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia do desenvolvimento dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM, e sua estratégia para adequação dos métodos e das técnicas aplicadas junto a distintas realidades socioambientais encontradas na sua fase de implantação. Cada um das técnicas de manejo precisa ser adequada à realidade social dos manejadores e a elaboração e aplicação de cartilhas didáticas, com linguagem acessível, é fundamental para orientar os manejadores nas etapas dos processos de manejo de recursos naturais.

O método de cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa direta de cartilhas elaboradas e publicadas sobre os distintos métodos e técnicas adequadas à realidade local das comunidades, sobre as diversas atividades de manejo de recursos naturais, e aplicadas pelo IDSM em campo.

9.2. Alcançado no ano

Para definição do V0 deste indicador foi considerada uma cartilha publicada em 2011 sobre técnicas de manejo florestal. Em 2013, primeiro ano do indicador foram elaboradas mais duas cartilhas, uma sobre princípios de manejo florestal e outra sobre técnicas de contagem de pirarucus. Em 2014 foi iniciado o processo de elaboração de mais uma, tendo sido concluído seu conteúdo, mas não foi publicada e nem implementada devido à falta de recursos financeiros.

Indicador 9	
Descrição	Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir a elaboração e publicação de cartilhas sobre os distintos métodos e técnicas adequadas à realidade local das comunidades, sobre as diversas atividades de manejo de recursos naturais, e aplicadas pelo IDSM em campo.
Limitações	Não há.
Aderência ao Macroprocesso	O Manejo Sustentável é também medido pela sua capacidade de envolver os manejadores e capacitá-los para a atividade. As cartilhas são fortes instrumentos para avaliação do manejo sustentável.
Aderência ao Objetivo Estratégico	Desenvolvimento de programas e técnicas de manejo apresentados em cartilhas didáticas, com linguagem acessível, para orientar os manejadores nas etapas dos processos de manejo de recursos naturais.

Fórmula de Cálculo		Contagem direta cumulativa das cartilhas sobre manejo sustentável dos recursos naturais.
Fonte da Informação		São as próprias publicações dos programas de manejo dos recursos naturais do IDSM.
Meta Pactuada	4	Meta realista por atender o potencial da equipe responsável pela produção das cartilhas.
Meta Realizada	3	Meta não alcançada devido à falta de recursos financeiros para conclusão, publicação e aplicação da cartilha elaborada.

Indicador 10 – Índice de Pirarucus Manejados nas RDSM e RDSA com Tamanho Superior ao Limite Ideal de Abate (ITP)

10.1. Apresentação

Este indicador reflete a efetividade das práticas de manejo sustentável da pesca de pirarucus nas Reservas Mamirauá e Amanã por meio de assistência técnica, do aconselhamento e do monitoramento do tamanho médio dos animais pescados nos diferentes setores onde o manejo se desenvolve com a assessoria técnico-científica do IDSM. O limite de tamanho aplicado no abate pode indicar o acatamento à principal medida de manejo, que é o tamanho mínimo de abate definido pelo IBAMA, que é 1,50 m. Como pesquisas demonstraram que o tamanho à primeira maturação sexual da espécie é 1,65 m, no IDSM consideramos que o limite determinado pelo IBAMA é muito conservador, e levamos este limite a um nível mais desafiador, e também mais apropriado do ponto de vista da biologia deste recurso natural. Mantendo-se o tamanho dos animais abatidos sempre acima deste limite podemos garantir a sustentabilidade da pesca por meio da regeneração biológica dos estoques. Assim, quanto maior o índice de animais manejados com tamanho acima de 1,65m, maior será a sustentabilidade do sistema de manejo. O papel do IDSM nesta meta é o de manter os esforços de aconselhamento técnico, acompanhamento, monitoramento e auditoria dos sistemas de manejo de pesca em todos os locais que realizam o manejo nas duas reservas sob a supervisão do Instituto. Apenas um grande esforço dos técnicos do programa atuando constantemente junto às associações de pescadores pode oferecer garantia de bons níveis de obediência às normas de manejo. Este indicador pretende acompanhar a proporção de indivíduos manejados que se encontram acima de 1,65m de comprimento total. Esta deve ser sempre superior a 0,7.

10.2. Alcançado no ano

Em 2014 o Programa de Manejo de Pesca/IDSM assessorou 11 sistemas de manejo, com uma quota autorizada de 11.910 peixes. Desse total foram contabilizados nas fichas de monitoramento a captura com a identificação por meio de lacres de 7.566 peixes efetivamente capturados, que correspondem a 63,53% da quota autorizada. A média de tamanho dos peixes capturados foi de 182,8 cm, sendo que o maior peixe mediu 244cm e o menor mediu 150cm. Do total de peixes capturados, 6.476 apresentaram tamanho igual ou superior a 1,65cm, o que corresponde a 85,6% do total capturado.

Indicador 10		
Descrição		Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).
Unidade		N
Tipo		Efetividade
Peso		2
Finalidade		Medir a sustentabilidade da pesca do pirarucu por meio da garantia da regeneração biológica dos estoques.
Limitações		O dado pode ser distorcido caso não haja cuidado no registro pelos manejadores, mas os técnicos do IDSM acompanham este registro anualmente com muito cuidado e eles fazem parte dos relatórios do IBAMA.
Aderência ao Macroprocesso		O Manejo Sustentável busca garantir a oportunidade de regeneração do recurso pela reprodução natural.
Aderência ao Objetivo Estratégico		Mantendo-se no manejo alta frequência dos pirarucus abatidos sempre acima de 1,65m (acima de 70%), maior será a sustentabilidade do sistema de manejo.
Fórmula de Cálculo		<p>Este indicador é obtido pelo cálculo da proporção de animais manejados com tamanhos (comprimentos totais) maiores ou iguais a 1,65m, em relação a todos os animais abatidos em todos os sistemas de manejo de pesca de pirarucu que estejam sob acompanhamento técnico-científico do IDSM, no ano da análise. A fórmula deste indicador é:</p> $ITP = \frac{Npm}{NTp}$ <p>onde</p> $6.476 / 7.566 = 0,856$ <p>Npm = número de pirarucus manejados de tamanho maior ou igual a 1,65m no ano NTp = número total de pirarucus manejados no mesmo ano.</p>
Fonte da Informação		Contabilização nas fichas de monitoramento da captura.
Meta Pactuada	acima de 0,7	Meta desafiadora pelo fato do IBAMA determinar um limite de tamanho para o abate do pirarucu abaixo do estipulado pelo IDSM.
Meta Realizada	0,85	Meta de difícil realização porque é necessário um grande esforço dos técnicos do programa atuando constantemente junto às associações de pescadores para oferecer garantias de bons níveis de obediência às normas de manejo.

Indicador 11 – Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).

11.1. Apresentação

Este indicador mede o desempenho dos programas de manejo de recursos naturais para a expansão de suas atividades para novas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã que ainda não recebem assessoria desses programas. Para isso, estão previstos investimentos para beneficiar as comunidades através de capacitações para as atividades de manejo, fortalecimento da gestão comunitária, introdução de novas tecnologias de produção, desenvolvimento ou aperfeiçoamento da produção e oferta de assessorias para licenciamento e para comercialização da produção.

11.2. Alcançado no ano

Em 2014 foram incluídas duas novas comunidades em um dos projetos de manejo de recursos naturais que estão em processo de implementação na área das Reservas Mamirauá e Amanã: Monte Alegre e São Pedro do Jacitara. Estas comunidades estão sendo assessoradas pelo Programa de Manejo de Pesca, através de capacitação e assessoria técnica para o manejo de recursos pesqueiros. Fazem parte do Setor Caruara, onde a maioria dos assentamentos está localizada na Reserva Amanã, mas a área de manejo fica dentro do território da Reserva Mamirauá.

O apêndice 4 apresenta a relação de comunidades da RDS Mamirauá e da RDS Amanã que realizam atividades de manejo de recursos naturais, com assessoria técnica do IDSM.

Indicador 11	
Descrição	Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais do IDSM e RDSA (ICRAM).
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	3
Finalidade	Medir o desempenho dos programas de manejo de recursos naturais para a expansão de suas atividades para novas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã que ainda não recebem assessoria desses programas.
Limitações	Não há.
Aderência ao Macroprocesso	O Manejo Sustentável promovido pelo IDSM precisa ser expandido para provar sua eficácia antes de ser multiplicada.
Aderência ao Objetivo Estratégico	Através das capacitações para as atividades de manejo as comunidades começam a manejar os recursos naturais de forma apropriada melhorando sua condição de vida e conservando os seus recursos naturais.
Fórmula de Cálculo	Este indicador é calculado pela contagem do número cumulativo de comunidades da RDSM e da RDSA que recebem assessorias e aconselhamento dos programas de manejo de

		<p>recursos naturais do IDSM, em relação ao número total de comunidades existentes nestas duas reservas. As fontes da informação são os relatórios mensais de atividades dos respectivos programas de manejo de recursos naturais.</p> <p>A fórmula aplicada é:</p> $\text{ICRAM} = \frac{\text{Nca}}{\text{NTc}} \rightarrow 77/220 = 0,35$ <p>Onde:</p> <p>Nca = número de comunidades atendidas/beneficiadas pelo IDSM no ano (77)</p> <p>NTc = número total de comunidades existentes nas RDSM e RDSA (220).</p>
Fonte da Informação		Acompanhamento das comunidades que realizam o manejo dos recursos naturais.
Meta Pactuada	0,35	Meta realista porque duas novas comunidades ao ano é o máximo de atendimento que a diretoria de Manejo e Desenvolvimento do IDSM pode absorver.
Meta Realizada	0,35	Atingimento da meta dentro da governabilidade estabelecida pelo programa responsável pelo indicador.

Macroprocesso 4: Qualidade de Vida

Indicador 12 – Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas Áreas Focais das RDSM e RDSA por Experimentos que Visam Qualidade de Vida de seus Moradores.

12.1. Apresentação

Este indicador é cumulativo e voltado para implementação de tecnologias sociais apropriadas que visem à melhoria dos padrões de vida das comunidades ribeirinhas das áreas focais das RDSA e RDSM, como pilotos para replicação. Estão sendo considerados na formação do indicador todos os tipos de experimentos associados a aspectos sanitários (disposição de dejetos humanos), água potável (tratamento e distribuição) e disponibilidade e uso de energias alternativas.

São consideradas prioritárias as comunidades que estão situadas em ambientes de várzea localizadas na RDSM e RDSA, pois, as condições físicas do meio tornam praticamente impossível utilizar as técnicas normalmente aplicadas nas áreas não alagadas. Algumas comunidades da área focal da RDSA, localizadas em ambientes com baixos níveis de alagação, também são alvos deste indicador por serem moradoras da Unidade.

12.2. Alcançado no ano

O V0 (0,027) da meta estabelecida no Contrato de Gestão foi representada por ações de implementação de sistemas de abastecimento e bombeamento de água de superfície com uso

de energia fotovoltaica, em duas comunidades. Em uma delas, foi realizado também um experimento com sistema de fossa filtro. No período entre 2010 e 2013 os sistemas de abastecimento de água foram implementados em mais oito comunidades. Somava assim um total de 10 comunidades, ao final de 2013, que estão usando os experimentos de forma coletiva.

Em 2014 foi instalada uma unidade experimental do sistema de abastecimento e pré-tratamento de água de superfície com uso de energia solar fotovoltaica na comunidade Várzea Alegre, na RDSA. Objetivando melhorar a qualidade da água para consumo humano, foi adicionado um filtro lento aos sistemas de água de Várzea Alegre e da comunidade Porto Braga, na RDSM. Em ambas as comunidades o processo de filtração passa a ocorrer de forma física e também biológica, para garantir a remoção de sólidos grosseiros e de contaminantes biológicos.

Além da instalação do novo sistema em Várzea Alegre e do melhoramento no processo de filtração, foram realizadas as seguintes atividades: (a) Visitas às comunidades para dimensionamento das tecnologias de água e energia planejadas para serem implementadas no ano, e (b) monitoramento das tecnologias de água e energia instalados com aplicação de questionários e visitas domiciliares para ações de educação em saúde.

Estima-se que 200 domicílios, distribuídos entre as RDS's Mamirauá e Amanã, estão fazendo uso do experimento de abastecimento de água com energia solar e sendo alvo das ações de educação em saúde e de pesquisas avaliativas do experimento, nas áreas social e de engenharia ambiental.

O apêndice 5 apresenta a relação de comunidades da RDS Mamirauá e da RDS Amanã por tipo de ação implementada.

Indicador 12	
Descrição	Índice de comunidades beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores.
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	1
Finalidade	Medir a implementação de tecnologias sociais apropriadas que visem à melhoria dos padrões de vida das comunidades ribeirinhas das áreas focais das RDSM e RDSA, como pilotos para replicação.
Limitações	Não há.
Aderência ao Macroprocesso	A Qualidade de Vida das populações ribeirinhas pode ser abordada de várias formas. O acesso à água de qualidade é um indicador internacional de qualidade de vida. O IDSM busca implantar pilotos para incentivar a universalização do acesso a este bem.
Aderência ao Objetivo Estratégico	Com a implementação nas comunidades de experimentos associados a aspectos sanitários (disposição de dejetos humanos), tratamento e distribuição de água potável e disponibilidade e uso de energias alternativas ocorre a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha e a possibilidade destas experiências serem replicadas para outras áreas da Amazônia.

Fórmula de Cálculo	São contabilizadas as comunidades onde foram realizadas cumulativamente, ao longo dos seis anos (2010-2015), experimentos de abastecimento e tratamento de água, energia alternativa ou destinação de dejetos com recursos originários do Contrato de Gestão. É utilizada a seguinte fórmula: $ICB = \frac{NCCExp}{NCVAF} \quad ICB = 11 / 73 = 0,151$ Onde: NCCExp = Número cumulativo de comunidades com experimentos em qualidade de vida na RDSM e RDSA no ano da análise (11) NCVAF = Número de comunidades alvo nas áreas focais das reservas (N=73).
Fonte da Informação	Informações obtidas a partir dos relatórios mensais do Programa de Qualidade de Vida do IDSM.
Meta Pactuada	0,144
Meta Realizada	0,151

Macroprocesso 5: Tecnologias de Gestão

Indicador 13 – Índice de Participação das Lideranças-ano Capacitadas pelo IDSM (IPLC)

13.1. Apresentação

Este índice reflete a efetividade dos esforços de capacitação de lideranças por meio da aferição de sua participação nas instâncias máximas de discussão e tomada de decisão participativa, que são as assembleias anuais, na gestão das unidades de conservação cuja gestão é compartilhada com IDSM, a RDSM e a RDSA.

A equipe da Diretoria de Manejo e Desenvolvimento, responsável por este indicador, vinha sugerindo sua alteração há algum tempo, com a proposta de inclusão no cálculo deste indicador das lideranças que participam das outras instâncias de tomada de decisão sobre a gestão das reservas e sobre manejo de recursos naturais. Em 2012, ao analisar o Relatório Anual do IDSM, a Comissão de Avaliação sugeriu que este indicador fosse calculado por duas metodologias diferentes: uma que contava apenas as participações nas assembleias e outra que contava a participação em outras instâncias de deliberação. Em 2013, a Comissão acatou a proposta da Diretoria do IDSM e, no novo cálculo do indicador passaram a ser registradas também as participações das lideranças que atuam como membros do Conselho Gestor, Agentes Ambientais Voluntários em atividade, membros das diretorias das associações que representam todas as comunidades das reservas (AMURMAM e CAMURA), associações comunitárias responsáveis por planos de manejo de recursos florestais, associações setoriais,

coordenações de acordos de pesca, ou organizações de classe (Colônias e Sindicatos) responsáveis pelos projetos de manejo de recursos pesqueiros.

13.2. Alcançado no ano

Ao longo de 2014 foi realizado um diagnóstico em 22 dos 27 setores das duas Reservas, junto às associações comunitárias e setoriais, às coordenações de acordos para uso dos recursos naturais, e nas duas associações que representam as Unidades de Conservação - UCs, bem como monitoramento da participação das lideranças nas reuniões das instâncias de discussão e tomadas de decisão sobre a gestão das UCs (Assembleias Gerais e Conselhos Gestores). Os resultados registraram a participação de 177 lideranças em atuação nas diversas organizações ou instâncias acima citadas, o que corresponde a 45,2% das 392 lideranças capacitadas pelo IDSM até 2009, quando foi definido o V0 deste indicador.

Indicador 13	
Descrição	Índice de Participação das Lideranças-ano Capacitadas pelo IDSM (IPLC).
Unidade	N
Tipo	Efetividade
Peso	1
Finalidade	Medir os esforços de capacitação de lideranças por meio da aferição de sua participação nas instâncias máximas de discussão e tomada de decisão participativa, que são as assembleias anuais, na gestão das unidades de conservação cuja gestão é compartilhada com IDSM, a RDSM e a RDSA.
Limitações	O indicador possui muitas limitações porque são vários os fatores que interferem em seu resultado. Os motivos pelos quais as lideranças capacitadas participam ou não das assembleias são diversos, e quase todos fogem da governança do IDSM.
Aderência ao Macroprocesso	Tecnologias de Gestão são adequadamente transmitidas por capacitação quando adotamos o modo participativo.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A participação efetiva das lideranças, já capacitadas, nas instâncias de deliberação das reservas demonstra o conhecimento adquirido sobre gestão participativa e o esforço despendido pela equipe do IDSM na preparação dessas lideranças.
Fórmula de Cálculo	O cálculo deste indicador obedece a seguinte fórmula: $IPLC = NLCAG/NTLC$ $IPLC = 177/392 = 0,45$ Onde: NLCAG = Número de lideranças capacitadas pelo IDSM participando das Assembleias

		Gerais e das demais instâncias de tomada de decisão sobre gestão e manejo de recursos naturais da RDSM e da RDSA no ano da análise (N=177) NTLC = Número total cumulativo de lideranças capacitadas pelo IDSM (N=392).
Fonte da Informação		Informações coletadas por meio da consulta às listas de lideranças presentes e votantes nas instâncias de deliberação das Reservas Mamirauá e Amanã, confrontadas com as listas de pessoas capacitadas pelos esforços do IDSM ao longo dos últimos anos.
Meta Pactuada	0,45	Meta extremamente desafiadora porque o IDSM não tem ingerência sobre a disposição destas lideranças capacitadas para comparecerem aos eventos.
Meta Realizada	0,45	Meta alcançada e de difícil realização. As lideranças capacitadas por vários motivos, independente da vontade do IDSM, deixam de comparecer aos eventos.

Indicador 14 – Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV)

14.1. Apresentação

Este indicador reflete a eficácia do esforço do IDSM para apoiar as ações de controle e vigilância feita por Agentes Ambientais Voluntários – AAVs, membros da comunidade devidamente capacitados e credenciados pelo IBAMA para esta finalidade, nos setores das Reservas Mamirauá e Amanã onde há assessoria do IDSM.

O papel do IDSM neste processo é o de promover a capacitação, organizar os AAVs capacitados, motivá-los, equipá-los e prover apoio logístico à sua atuação, além de realizar sua supervisão geral, mas o credenciamento é realizado pelo IBAMA. O índice apóia-se no resultado da experiência de cerca de 14 anos, que indica que o quantitativo de AAVs atuantes é uma medida indireta da eficácia da proteção conferida pelas comunidades às áreas protegidas, e que sua distribuição nos setores das reservas descreve a eficácia em alocar este apoio adequadamente no espaço físico das reservas cuja gestão é compartilhada com o IDSM. Há grandes desafios para o IDSM manter este programa em funcionamento, especialmente no que se refere à manutenção da mobilização e organização comunitárias e ao levantamento de recursos para custeá-lo.

14.2. Alcançado no ano

Ao longo de 2014 foram mantidas as atividades das equipes de AAVs em 15 setores, contando com o Setor Joacaca que foi incluído no primeiro semestre. O ano marcou o fortalecimento da parceria com o Departamento de Proteção e Vigilância do Centro Estadual de Unidades de Conservação (DPV-CEUC) para a formação de AAVs. O processo iniciado em julho de 2013 para a formação da primeira turma em conjunto foi concluído no mês de junho de 2014 com o credenciamento de 44 AAVs das Reservas Amanã e Mamirauá. No mês de agosto

começou um novo processo de formação, com uma turma de 38 participantes, sendo que alguns já foram formados e credenciados pelo IBAMA e estão em atuação, e outros têm interesse em atuar como AAVs, de acordo com a proposta do Centro Estadual de Unidades de Conservação (DPV-CEUC) que enfatiza mais educação ambiental e menos repressão, como prevista pelo IBAMA.

O trabalho de expansão das atividades dos AAVs em 2014 foi realizado no Setor Joacaca, situado nos limites da Reserva Mamirauá com a Reserva Amanã, no Município de Maraã. Para que as atividades da equipe de AAVs se consolidassem nessa nova área, algumas capacitações em Educação para o Manejo e Educação Ambiental com Noções de Legislação Ambiental e Cidadania já foram executadas. Com o objetivo de fortalecer esse trabalho das equipes de AAVs, o IDSM realizou três missões de fiscalização, em parceria com IBAMA, ICMBio, Polícia Militar e CEUC.

Os Setores nos quais já existe o trabalho dos Agentes Ambientais são: Liberdade, Barroso, Aranapu, Boa União, Tijuaca, Jarauá, Coraci, São José, Caruara, Acapu, Panauã de Baixo, Mamirauá, Lago Amanã, Paraná do Amanã e Joacaca.

Indicador 14	
Descrição	Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir as ações de implantação de programas de fiscalização das reservas, capacitando comunitários para atuarem na proteção ambiental das áreas.
Limitações	O indicador corre o risco de ter seu acompanhamento inviabilizado pela dificuldade de formação e credenciamento de novos agentes, algo que depende exclusivamente do poder público.
Aderência ao Macroprocesso	Tecnologias de Gestão incluem formas participativas de controle, inclusive com a adoção de medidas de controle social, com os AAVs.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A atuação dos AAVs permite a proteção da área mantendo o ambiente em condições de se desenvolver o manejo dos recursos naturais e sua conservação.
Fórmula de Cálculo	Este indicador é calculado pela seguinte fórmula: $ISAAV = SAAV / 15 \rightarrow 15 / 15 = 1$ Onde: SAAV = Número de Setores onde há atuação de AAV's na RDSM e na RDSA (N=15) E 15 é o número total de setores organizados nas áreas focais destas duas reservas.

Fonte da Informação		Registro dos setores onde ocorre a atuação de AAVs.
Meta Pactuada	0,95	Meta desafiadora, pois a área das reservas é muito extensa e de difícil acesso e controle.
Meta Realizada	1	O IDSM só tem capacidade de ampliar um setor ao ano, e a meta foi alcançada.

Macroprocesso 6: Desenvolvimento Institucional

O macroprocesso de Desenvolvimento Institucional objetiva acompanhar a evolução e fortalecimento do IDSM, identificando as estratégias utilizadas para a obtenção de fontes adicionais de recursos financeiros e, assim, garantir a sustentabilidade financeira da instituição e de suas atividades.

Além do aspecto da sustentabilidade financeira do IDSM, o desenvolvimento institucional também envolve outros aspectos de grande relevância.

A equipe administrativa do IDSM tem passado por várias etapas de um processo de aperfeiçoamento e capacitação interna e externa, visando aprimorar os serviços oferecidos ao bom funcionamento institucional.

A gestão de recursos humanos, iniciada em 2010, está focada no aperfeiçoamento não apenas da capacidade dos funcionários, mas também em seu bem estar. Em 2011 foi iniciado o processo de adesão dos funcionários ao plano de saúde para os mesmos e seus dependentes. Também neste ano foram iniciadas atividades de ginástica laboral para os funcionários e foi inaugurada uma lanchonete no interior do campus, para dar suporte ao corpo de colaboradores.

Em 2012 o IDSM iniciou os trabalhos de preparação de um terreno para construção e instalação de um escritório de representação no município de Fonte Boa, visando apoiar as ações institucionais em partes remotas da RDSM e estreitar as relações do IDSM com a prefeitura daquele município, e com seu órgão municipal de desenvolvimento sustentável (IDSFB). O contingenciamento dos recursos de 2013 e o atraso no início dos repasses dos recursos fizeram com que a conclusão da obra ocorresse apenas em 2014 e a finalização da aquisição dos móveis de escritório fosse adiada para 2015.

Em 2014 as reformas das infraestruturas de campo, das atividades de manutenção de instalações, veículos e embarcações tiveram que ser adequadas à situação financeira institucional vivenciada no ano. O plano de melhoria contínua foi tímido e a estratégia adotada foi de priorizar a manutenção mínima dos 09 (nove) prédios do Campus de Tefé e das 13 bases de campo das reservas, além do Escritório de Fonte Boa, Manaus e Belém, visando garantir instalações adequadas para uso e segurança dos empregados.

Para o terceiro ciclo de vigência do Contrato de Gestão, iniciado em 2010, foi definido como indicador para análise e acompanhamento deste macroprocesso o Indicador 15, abaixo apresentado.

Indicador 15 – Alavancagem Mínima de Recursos Fora do Contrato de Gestão no IDSM (AMRFCG)

15.1. Apresentação

Este Indicador demonstra a eficácia do IDSM em diversificar suas fontes de financiamento e assim garantir sua sustentabilidade financeira e de suas atividades.

A meta pactuada no contrato de gestão estipula que o IDSM deverá obter anualmente, no mínimo, 30% de recursos oriundos de outras fontes fora do Contrato de Gestão. Sendo assim, a AMRFCG deve ser mantida acima de 0,3 ao longo dos próximos anos (2010-2015). A Tabela 4, a seguir, apresenta os recursos obtidos em 2014.

Tabela 4. Distribuição dos recursos financeiros obtidos, por fonte ou origem, em 2014

Fontes	2014
Contrato de Gestão / MCTI	21.151.215,90
1º Subtotal – Valores Recebidos Contratos de Gestão (VTCG)	21.151.215,90
Pousada Uacari	1.215.810,40
Projeto Associação Garupa	10.963,14
Bolsa PCI/DTI	711.200,00
BNDES – Fundo da Amazônia	921.397,54
Petrobras Ambiental	80.282,18
PRIMATE CONSERVATION	9.223,10
WWF	46.204,35
RUFFORD	18.700,00
Max Planck Institute	12.116,37
Prêmio Google – Projeto Científico	497.227,77
Lojas do Mamirauá	78.925,50
Venda de Bem inservível (Sucata)	1.410,00
Doações diversas	49.822,59
Aluguel da lanchonete	4.400,00
Receita Líquida de Aplicação Financeira	371.851,88
Receita de aluguel de bens móveis (voadeiras)	6.819,40
Receita Taxa Adm. Projetos (Projetos)	4.248,02
Receita de Causas Trabalhistas	3.751,76
2º Subtotal – Alavancagem de Outras Fontes (RAFCG)	
(RAFCG)	4.044.354,00
Total Arrecadado no ano	25.195.569,90
Alavancagem Fora do Contrato de Gestão (AMRFCG)	0,19

O valor total apresentado no subtotal 1 da tabela acima corresponde, cumulativamente, ao somatório de todos os termos aditivos do Contrato de Gestão/MCTI assinados para o ano de 2014, depois do contingenciamento de R\$ 4.165.271,10 (quatro milhões cento e sessenta e cinco mil, duzentos e setenta e um reais e dez centavos) ocorrido no ano.

Conforme já argumentado em momentos anteriores, há necessidade de revisão da meta deste indicador para os próximos anos.

No final de maio de 2014, o saldo financeiro do ano anterior havia sido quase que integralmente utilizado, incluindo os recursos reprogramados para continuação de atividades iniciadas no ano anterior e a reserva técnica para cobrir contratos trabalhistas. Por conta disto,

as atividades de campo com recursos de outros financiamentos foram mantidas em ritmo bastante reduzido, e a falta de recursos para custeio da manutenção básica e outras despesas administrativas causou grande insegurança ao IDSM.

A Figura 3, a seguir, ilustra a distribuição dos recursos recebidos pelo IDSM em 2014.

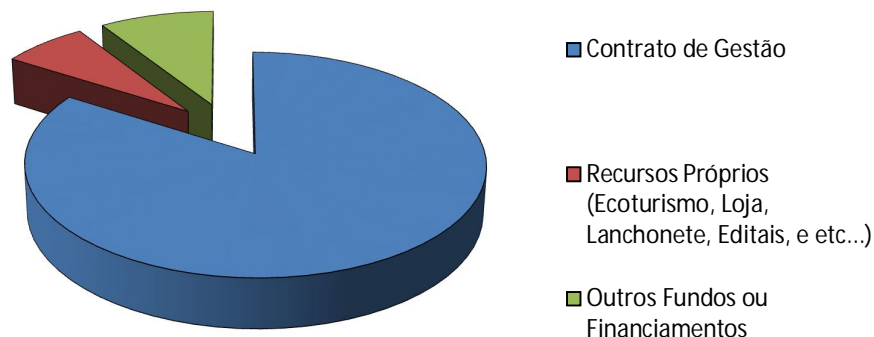


Figura 3. Distribuição das fontes de recursos do IDSM em 2014.

15.2. Alcançado no ano

No ano de 2014, os recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM alcançaram o índice de 0,19 em relação aos repasses do Contrato de Gestão.

Indicador 15	
Descrição	Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir a capacidade do IDSM em diversificar suas fontes de financiamento e assim garantir sua sustentabilidade financeira e de suas atividades.
Limitações	Algumas fontes de recursos não exigem anuência institucional, e os pedidos são realizados diretamente por pesquisadores e técnicos. Normalmente o IDSM levanta entre

		seus membros todas as tentativas de alavancagem realizadas, mas nem sempre todos os pesquisadores e técnicos (e seus alunos) respondem a nossa consulta. Além disto, consideramos que as constantes alterações observadas no contexto internacional interferem bastante neste resultado, e estão, obviamente, fora da governança do IDSM. Por este motivo o indicador tem sido alvo de propostas de alteração.
Aderência ao Macroprocesso		O Desenvolvimento Institucional inclui os esforços da equipe para a obtenção de recursos e ampliação das atividades.
Aderência ao Objetivo Estratégico		A obtenção de fontes adicionais de recursos financeiros leva ao desenvolvimento institucional garantindo a sustentabilidade da instituição e de suas atividades.
Fórmula de Cálculo		O indicador é obtido através da relação proporcional entre os recursos obtidos pelo Contrato de Gestão e os recursos de outras fontes de financiamento, segundo a fórmula: $AMRFCG = \frac{RAFCG}{VTCG} = \frac{4.044.354,00}{21.151.215,90}$ Onde: RAFCG = Recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM no ano. (R\$ 4.044.354,00). VTCG = Valores transferidos pelo Contrato de Gestão ao IDSM no ano. (R\$ 21.151.215,90).
Fonte da Informação		Registros do setor financeiro do IDSM.
Meta Pactuada	Acima de 0,3	Meta desafiadora pela alta concorrência aos editais de financiamento para projetos de pesquisa
Meta Realizada	0,19	Meta de difícil realização e não alcançada.

No Quadro 8, a seguir, apresenta-se o histórico dos Indicadores de Desempenho, suas Metas para os anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, além dos resultados alcançados durante esses anos.

Quadro 8 - Histórico do quadro de indicadores e metas

Macroprocesso	Indicador	Unidade	Tipo	Peso	Pactuado / Realizado	Metas/Ano				
						2010	2011	2012	2013	2014
1 - <u>Produção Científica</u> Desenvolvimento de pesquisas para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento social na Amazônia	1. Índice Geral de Publicação (IGPub) ou produtos científicos por ano.	N	Efetividade	2	P	0,70	0,75	0,80	0,85	0,9
					R	1,10	1,17	0,93	1,78	1
	2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.	N	Eficiência	3	P	0,50	0,6	0,64	0,66	0,8
					R	0,51	0,6	0,68	1,07	0,8
	3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	N	Eficiência	3	P	0,60	0,65	0,68	0,70	0,75
					R	0,31	0,69	0,76	1,09	0,86
	4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	N	Efetividade	2	P	2	2,5	3,00	3,50	4
					R	2,24	2,0	2,78	3,66	3,02
	5. Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	N	Eficácia	2	P	6	6	6	6	6
					R	6	6	6	5	3
2 - <u>Disseminação Tecnológica</u> Ações para replicação de processos e tecnologias desenvolvidos e/ou testados pelo IDSM para as RDSM e RDSA para outras áreas da Amazônia	6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.	N	Eficácia	3	P	3	4	5	6	7
					R	2	4	5	6	7

Macroprocesso	Indicador	Unidade	Tipo	Peso	Pactuado / Realizado	Metas/Ano				
						2010	2011	2012	2013	2014
3 - Manejo Sustentável Desenvolvimento de processos de manejo sustentável de recursos naturais replicáveis dentro e fora das RDSM e RDSA	7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).	N	Eficácia	3	P	2	4	5	6	7
					R	2	4	5	6	6
	8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.	m²/ha	Efetividade	2	P	Abaixo de 380	Abaixo de 360	Abaixo de 350	Abaixo de 340	Abaixo de 340
					R	-	303,91	-	758,2	677,5
	9. Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)	N	Eficácia	2	P	-	-	-	3	4
					R	-	-	-	3	3
	10. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP)	N	Efetividade	2	P	Acima de 0,70	Acima de 0,70	Acima de 0,70	Acima de 0,70	Acima de 0,70
					R	0,72	0,75	0,78	0,82	0,85
	11. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM)	N	Eficácia	3	P	0,30	0,32	0,33	0,34	0,35
					R	0,30	0,32	0,33	0,34	0,35
4 - Qualidade de Vida Desenvolvimento de processos e tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha replicáveis para outras áreas da Amazônia	12. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores	N	Eficácia	1	P	0,055	0,082	0,109	0,137	0,144
					R	0,041	0,082	0,109	0,137	0,151

Macroprocesso	Indicador	Unidade	Tipo	Peso	Pactuado / Realizado	Metas/Ano				
						2010	2011	2012	2013	2014
5 - Tecnologias de Gestão Desenvolvimento de processos para gestão participativa da RDSM e da RDSA que possam ser replicadas para outras áreas protegidas	13. Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC)	N	Efetividade	1	P	0,25	0,30	0,35	0,40	0,45
					R	0,20	0,32	0,25	0,24	0,45
	14. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAÁV).	N	Eficácia	2	P	0,75	0,8	0,87	0,93	0,95
					R	0,73	0,8	0,87	0,93	1
6 - Desenvolvimento Institucional Fortalecimento institucional com ampliação da infraestrutura, ampliação do quadro de funcionários, ajustes no PCS e busca de sustentabilidade financeira para o IDSM	15. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)	N	Eficácia	2	P	Acima de 0,3	Acima de 0,3	Acima de 0,3	Acima de 0,3	Acima de 0,3
					R	0,52	0,16	0,29	0,16	0,19

6. PLANEJAMENTO E GESTÃO

São apresentadas as informações do planejamento e execução financeira do IDSM em 2014.

Quadro 9. Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão do IDSM

Fonte	2011	2012	2013	2014
MCTI	15.410.776,00	10.357.820,00	10.580.000,00	10.580.000,00
FNDTC	-	8.786.955,00	15.471.215,90	10.571.215,90
Total Geral	15.410.776,00	19.144.775,00	26.051.215,90	21.151.215,90

Quadro 10. Valores repassados ao IDSM pelo Contrato de Gestão no ano de 2014

Fonte	Termo Aditivo	Valos em R\$	Data do T.A.
MCTI	10º TA	10.580.000,00	11/06/2014
Total	-	10.580.000,00	
Outras fontes via Contrato de Gestão*	11º TA	10.571.215,90	21/10/2014
Total Outras Fontes	-	10.571.215,90	
Total Geral		21.151.215,90	

* FNDCT

Quadro 11. Conta Bancária do IDSM – Valores do Contrato de Gestão

Banco	Agência	Conta	Saldo em 31.12.2014
Banco do Brasil S/A	0577-0	7892-1	7.518.379,03
TOTAL			7.518.379,03

Quadro 12. Demonstração de Receitas auferidas pelo IDSM em 2014 e anos anteriores

Receitas	2014	2013	2012	2011
Receita Total	27.243.888,69	34.309.380,42	31.599.281,00	22.925.286,00
Receitas Contrato de Gestão*	21.151.215,90	26.051.217,00	23.769.037,00	15.440.000,00
Receitas operacionais*	646.605,04	358.190,78	144.833,00	11.207,00
Prestação de serviços*	1.215.810,40	1.014.988,40	846.145,00	810.845,00
Receitas financeiras*	371.851,88	312.519,00	711.509,00	979.007,00
Receitas de Convênios e Contratos administrativos*	1.810.086,68	2.876.759,34	753.932,00	968.087,00
Receitas Alavancadas de Instituições de Financiamentos	-	-	-	-
Descontos financeiros obtidos	18.771,09	4.795,00	8.927,00	10.988,00
Saldo do Exercício anterior do Contrato de Gestão (em 31/12)	2.029.547,70	4.003.431,00	5.354.897,00	4.705.152,00

* Estas linhas foram detalhadas na página 57 deste relatório, dentro do indicador de alavancagem 15.

Quadro 13. Saldos Financeiros apropriados com Recursos do Contrato de Gestão

	2014	2013	2012	2011
Saldo Financeiro em 30/06	2.026.024,70	3.095.424,00	3.206.946,00	4.565.591,60
Saldo Financeiro em 31/12	8.015.956,02*	11.025.532,00	10.208.591,00	5.849.239,00

* Saldo financeiro em conta corrente + adiantamentos concedidos + estoque

6.1. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DA ENTIDADE

Abaixo estão demonstrados os valores por tipo de despesa, de forma a proporcionar comparação entre os anos de 2013 e 2014, conforme determinado na Decisão Normativa – TCU nº 127, de 15 de maio de 2013.

Quadro 14. Relatório Comparativo de Despesas 2013 / 2014 – Em R\$ 1,00

TIPO DE DESPESAS	2013	2014	VARIAÇÃO ENTRE OS ANOS (%)
Aluguéis, Telefone, Água, Luz, etc...	833.586,00	619.165,00	-26
Aquisição de imobilizado	2.670.035,00	1.499.482,59	-44
Despesas Tributárias	249.618,00	259.769,16	4
Diárias e Passagens	1.025.354,00	1.125.345,41	10
Materiais, Suprimentos e Serviços.	7.024.397,00	6.929.415,90	-1
Pessoal	13.602.204,00	14.048.278,46	3
TOTAL	25.405.194,00	24.481.456,52	-4

No quadro acima é possível notar a redução de gastos básicos institucionais demonstrados nos totais gastos com aquisição de imobilizado, materiais, suprimentos e serviços, além das tarifas de água, luz, telefones, entre outras. Este é o reflexo direto da redução dos recursos pactuados e dos atrasos nos repassamentos ocorridos em 2014. Diferentemente dos anos anteriores (2001-2013), as reduções e atrasos provocaram uma forte redução no ritmo de atividades do IDSM em função das restrições financeiras às quais foi submetido. Esta redução concretizou-se no não atingimento de um alto número de metas de desempenho, e este impacto irá estender-se por mais algum tempo, especialmente sobre a produção científica.

A variação do item "Pessoal" indica apenas aumento no gasto com folha de pagamento e encargos provocados pelo aumento obrigatório no valor do salário mínimo fixado a cada ano. Ressalte-se que pelo terceiro ano consecutivo, não houve adequações ou reajuste à tabela de salários do Plano de Cargos e Salários (PCS), devido a restrições financeiras.

Vale lembrar que o Contrato de Gestão é a única fonte de recursos comprometida com custos de pessoal e manutenção da OS. O IDSM continua buscando recursos financeiros externos para investimento e custeio das suas atividades fim. Os projetos de pesquisa submetidos à financiadores encontram-se relacionados no apêndice 6.

Quadro 15. Plano de Ação do IDSM pactuado com o MCTI para execução em 2014 (R\$ 1,00)

MACROPRO- CESSOS	AÇÕES	PESSOAL		PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		DIÁRIAS, PASSAGENS E AJ. DE CUSTO		MATERIAIS E SERVIÇOS (CUSTEIO)		CAPITAL (INVESTIMENTO)		SALDO DA AÇÃO
		Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	
1. PRODUÇÃO CIENTÍFICA	1.1. Desenvolvimento de pesquisas e monitoramento pelos GP's do IDSM.			406.306,14	406.306,14	570.000,00	570.000,00	240.000,00	240.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	927.000,00	927.000,00	-
	1.2. Realização/Participação de eventos científicos pelos GP's e DTC			4.000,00	4.000,00	12.594,00	12.594,00	28.000,00	28.000,00	8.000,00	8.000,00	6.000,00	6.000,00	-
	1.3. Manutenção de Acervo Biológico, Arqueológico e Etnológico			24.000,00	24.000,00	-	-	5.000,00	5.000,00	18.400,00	18.400,00	17.455,00	17.455,00	-
	1.4. Publicação e difusão de resultados das pesquisas desenvolvidas			10.000,00	10.000,00	126.000,00	126.000,00	-	-	-	-	-	-	-
	1.5. Manutenção da biblioteca e crescimento de acervo bibliográfico			10.000,00	10.000,00	2.000,00	2.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00	11.000,00	11.000,00	-
	1.6. Apoio aos programas PIBIC Jr. e PIBIC Sr.).			-	-	5.000,00	5.000,00	3.000,00	3.000,00	4.631,40	4.631,40	1.320,60	1.320,60	-
	1.7. Ações dos Comitês de Ética (CEP e CEUP).			2.000,00	2.000,00	4.000,00	4.000,00	13.000,00	13.000,00	12.693,86	12.693,86	-	-	-
	1.8. CEVA - Apoio à rede de pesquisa e manejo sustentado da pesca, répteis e crustáceos.			15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00	35.000,00	35.000,00	15.000,00	15.000,00	-
	1.9. CEVA - Apoio à rede de pesquisa e biotecnologia reprodução de espécies ameaçadas.			7.000,00	7.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00	18.000,00	18.000,00	15.000,00	15.000,00	-
	1.10. CEVA - Apoio à rede de pesquisa em ecologia de florestas da calha central			19.000,00	19.000,00	16.000,00	16.000,00	20.000,00	20.000,00	50.300,00	50.300,00	23.700,00	23.700,00	-
	1.11. CEVA - Apoio à rede de pesquisa em conservação e manejo ecossistemas de várzea.			29.000,00	29.000,00	30.000,00	30.000,00	20.000,00	20.000,00	55.000,00	55.000,00	36.000,00	36.000,00	-
	1.12. Projetos estruturantes (Links Wireless, Casa de Vegetação, SIG e etc).			55.000,00	55.000,00	40.000,00	40.000,00	25.000,00	25.000,00	145.137,00	145.137,00	50.000,00	50.000,00	-
2. DISSEMINAÇÃO TECNOLÓGICA	2.1. Centro Vocacional Tecnológico (CVT) - Tecnologias sociais na várzea amazônica.			50.000,00	50.000,00	31.000,00	31.000,00	25.000,00	25.000,00	90.000,00	90.000,00	54.000,00	54.000,00	-
	2.2. Intercâmbios experiências e potenciais beneficiários destas tecnologias.			7.000,00	7.000,00	3.000,00	3.000,00	20.000,00	20.000,00	17.200,00	17.200,00	15.000,00	15.000,00	-
3. MANEJO SUSTENTÁVEL	3.1. Cursos de capacitação p/ manejadores sobre uso sustentado dos recursos naturais.			15.255,00	15.255,00	13.000,00	13.000,00	10.000,00	10.000,00	37.000,00	37.000,00	-	-	-
	3.2. Apoio ao plano de transferências de gestão da Pousada Uacari.			15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	-
	3.3. Novas atividades de assessoramento técnico e monitoramento manejo sustentável.			25.000,00	25.000,00	17.000,00	17.000,00	35.000,00	35.000,00	108.000,00	108.000,00	10.000,00	10.000,00	*

MACROPROCESSOS	AÇÕES	PESSOAL		PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		DIÁRIAS, PASSAGENS E AJ. DE CUSTO		MATERIAIS E SERVIÇOS (CUSTEIO)		CAPITAL (INVESTIMENTO)		SALDO DA AÇÃO
		Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	
4. QUALIDADE DE VIDA	4.1. Adaptar e testar tecnologias adequadas a comunidades ribeirinhas amazônicas.			38.880,00	38.880,00	29.000,00	29.000,00	15.000,00	15.000,00	85.000,00	85.000,00	32.120,00	32.120,00	-
	4.2. Monitorar a qualidade de vida das comunidades apropriação de tecnologias.			3.266,89	3.266,89	-	-	6.000,00	6.000,00	10.000,00	10.000,00	-	-	-
5. TECNOLOGIAS DE GESTÃO	5.1. Capacitação de lideranças comunitárias e gestão participativa.			3.891,35	3.891,35	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	19.000,00	19.000,00	-	-	-
	5.2. Articulação política de lideranças comunitárias.			57.000,00	57.000,00	27.000,00	27.000,00	18.000,00	18.000,00	107.604,85	107.604,85	5.000,00	5.000,00	-
	5.3. Apoio ao sistema comunitário de proteção (vigilância e controle).			11.635,00	11.635,00	25.000,00	25.000,00	8.000,00	8.000,00	55.000,00	55.000,00	10.000,00	10.000,00	-
6. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	6.1. Custo administrativo básico (água, luz, telefone, suprimentos, etc...)			12.000,00	12.000,00	282.897,11	282.897,11	30.000,00	30.000,00	70.000,00	70.000,00	10.000,00	10.000,00	-
	6.2. Ações do Comitê Interno de Prevenção de Acidentes – CIPA			2.395,00	2.395,00	1.500,00	1.500,00	3.500,00	3.500,00	5.000,00	5.000,00	-	-	-
	6.3. Manutenção e conservação de infraestrutura (flutuantes, bases de campo e prédios)			39.639,99	39.639,99	160.000,00	160.000,00	10.000,00	10.000,00	300.000,00	300.000,00	51.071,11	51.071,11	-
	6.4. Manutenção e conservação veículos e máquinas (embarcações, carros e geradores)			36.736,56	36.736,56	150.000,00	150.000,00	10.000,00	10.000,00	140.000,00	140.000,00	34.081,84	34.081,84	-
	6.5. Manutenção Sede (limpeza, segurança, serviços de informática, seguros, etc...)			12.812,42	12.812,42	144.578,65	144.578,65	-	-	-	-	6.868,05	6.868,05	-
	6.6. Expedições de campo (linhas de transportes para as bases de campo)			13.333,97	13.333,97	155.000,00	155.000,00	-	-	193.840,00	193.840,00	33.797,11	33.797,11	-
	6.7. Reformas prediais, consertos e ajustes na infraestrutura em geral.			5.000,00	5.000,00	75.000,00	75.000,00	-	-	75.000,00	75.000,00	45.000,00	45.000,00	-
	6.9. Programa de capacitação e gestão de pessoal.			-	-	85.490,00	85.490,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	10.000,00	5.610,00	5.610,00	-
7. AÇÕES DA D.G.	7.1. Ações de divulgação - assessoria de comunicação.			15.000,00	15.000,00	95.000,00	95.000,00	20.000,00	20.000,00	35.000,00	35.000,00	15.000,00	15.000,00	-
	7.2. Apoio à assessoria jurídica			-	-	-	-	8.000,00	8.000,00	2.400,00	2.400,00	-	-	-
	7.3. Apoio à assessoria de relações institucionais e pós-graduação			-	-	-	-	6.600,00	6.600,00	2.400,00	2.400,00	-	-	-
	7.4. Reuniões dos órgãos colegiados (5)			-	-	-	-	34.400,00	34.400,00	5.000,00	5.000,00	1.600,00	1.600,00	-
	7.5. Representação institucional da diretoria, visitas oficiais, etc			5.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	45.000,00	45.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-
	7.6. Escritório de representação em Belém			3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	16.600,00	16.600,00	-	-	-
	7.7. Escritório de representação em Manaus			3.500,00	3.500,00	26.500,00	26.500,00	4.000,00	4.000,00	17.050,00	17.050,00	3.450,00	3.450,00	-
	7.8. Escritório de representação em Fonte Boa			9.000,00	9.000,00	21.000,00	21.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00	25.000,00	25.000,00	-
	7.9. Ações do Núcleo de Inovação e Tecnologias Sustentáveis (NITS)			8.500,00	8.500,00	28.000,00	28.000,00	10.000,00	10.000,00	25.500,00	25.500,00	8.000,00	8.000,00	-

MACROPRO- CESSOS	AÇÕES	PESSOAL		PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		DIÁRIAS, PASSAGENS E AJ. DE CUSTO		MATERIAIS E SERVIÇOS (CUSTEIO)		CAPITAL (INVESTIMENTO)		SALDO DA AÇÃO
		Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	
8. PESSOAL	8.1. Pagamento de salários e encargos mensais no segundo semestre de 2014	12.820.173,00	12.820.173,00											-

6.2. DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DO IDSM

A seguir são apresentados os dados conforme a Decisão Normativa nº 127, de 15 de maio de 2013, onde são demonstradas as peculiaridades da força de trabalho do IDSM durante o ano de 2014.

Quadro 16. Força de Trabalho do IDSM em 2014

Descrição	N
GESTÃO	08
Diretor Geral**	01
Diretores Adjuntos**	03
Assessores da Diretoria Geral	04
ATIVIDADES MEIO	152
Auxiliares técnicos	92
Marítimos	10
Técnicos administrativos	38
Técnicos de informática	12
ATIVIDADES FIM	259
Alunos de iniciação científica	48
Assistentes de Pesquisa	07
Bolsistas*	99
Estagiários	14
Extensionistas	46
Pesquisadores	16
Alunos de pós-graduação	17
Pesquisadores Associados	12
TOTAL	419**

*22 são bolsistas DTI/PCI (MCTI), e os demais são apoiados pela FAPEAM, CNPq, BNDES e IDSM.

**03 dos membros da diretoria são também pesquisadores.

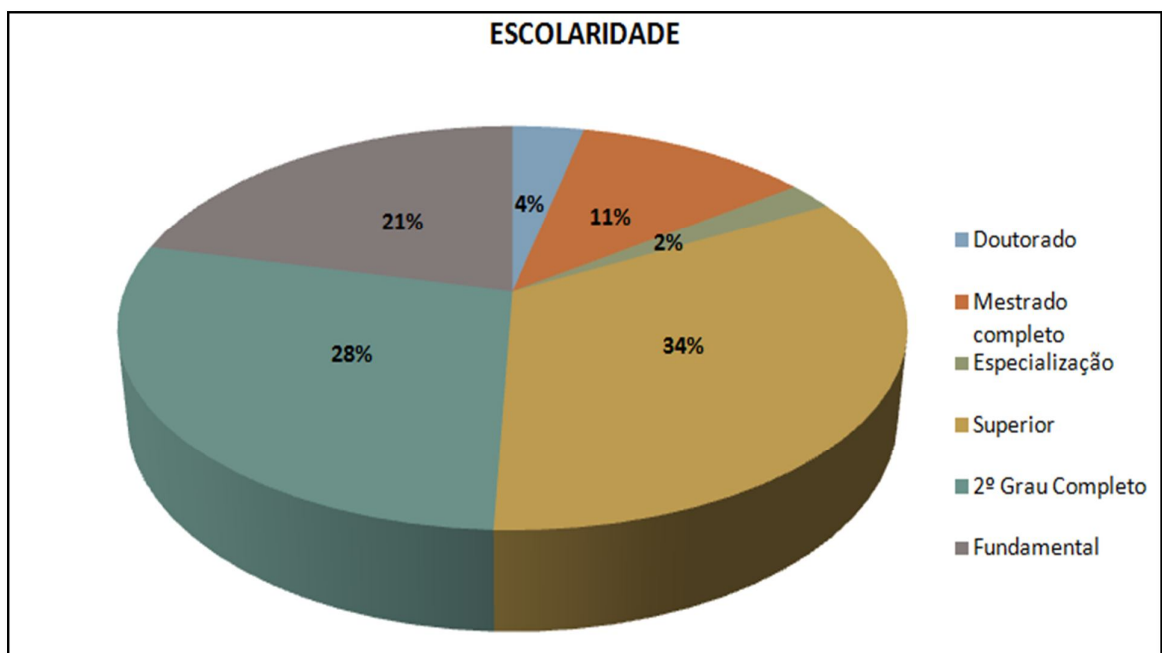


Figura 4. Força de trabalho do IDSM por escolaridade.

6.2.1. Custos associados à manutenção dos recursos humanos do IDSM

Atendendo ao disposto na portaria 967 de 21/12/2011 e na portaria 777 de 31/10/2012, o quadro 17, traz o detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados. É demonstrado que os custos com Pessoal extrapolaram o limite de 60% dos valores recebidos em 2014. Este foi um reflexo do contingenciamento dos recursos programados para o ano.

A imprevisibilidade dos valores que serão efetivamente transferidos num ano é um importante limitador do planejamento e gestão de pessoal no IDSM. Em momentos nos anos anteriores foi sugerida a alteração da cláusula do Contrato de Gestão para “valores pactuados”, em lugar de “valores transferidos”. Além deste problema, consideramos mais relevantes os contingenciamentos e limitações financeiras de toda ordem, que de alguma maneira limitam a transmissão dos recursos previstos nos contratos.

Em anos anteriores, estas questões foram previstas e contornadas com a ajuda da SCUP. Todavia, em 2014, o contingenciamento de quase 20% dos recursos previstos não pode ser contornado. Desta forma, após 14 anos de Contrato de Gestão, pela primeira vez o IDSM ultrapassou o limite acordado, em apenas 4,31%, mesmo tendo sido canceladas todas as contratações previstas para o ano, e tendo mantidos os valores salariais não ajustados por mais um ano.

Os custos de pessoal são proporcionalmente altos no IDSM, e geralmente representam mais de 50% de seu orçamento anual, uma vez que as atividades e ações desenvolvidas não demandam alta tecnologia, apenas o custeio de campo e equipamentos de pequeno porte. Se não fora o contingenciamento de 2014, os gastos com pessoal teriam sido mantidos em 53,73% dos valores do Contrato de Gestão para o ano.

Quadro 17. Detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados do IDSM no ano de 2014 – Regime de Caixa

MÊS DA FOLHA	SALÁRIO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES	GRATIFICAÇÃO	FÉRIAS	RESCISÃO	TOTAL DE REMUNERAÇÃO PAGO	ENCARGOS TRABALHISTAS					SEGURO VIDA	PLANO SAÚDE	VALE TRANSP.	SOMA TOTAL
						INSS	FGTS	PIS	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	IR - RETIDO NA FONTE				
JANEIRO	437.111,21	66.068,37	36.093,00	44.915,79	584.188,37	261.236,57	71.777,06	8.366,99	-	79.373,31	6.580,06	6.964,94	352,00	1.018.839,30
FEVEREIRO	519.887,61	81.718,53	7.459,00	22.595,81	631.660,95	251.901,56	83.599,25	7.778,09	-	85.996,50	13.307,79	6.886,76	316,80	1.081.447,70
MARÇO	493.975,08	84.689,00	93.571,00	18.593,61	690.828,69	249.313,17	62.230,46	7.911,96	-	110.327,49	-	6.586,00	255,20	1.127.452,97
ABRIL	487.209,32	71.982,00	65.354,00	7.882,44	632.427,76	253.842,13	63.577,32	7.968,05	22.486,25	87.004,44	6.526,45	6.609,16	264,00	1.080.705,56
MAIO	499.165,19	58.441,56	44.391,00	20.450,35	622.448,10	254.554,18	64.075,18	7.967,78	250,89	84.290,58	-	7.241,73	384,00	1.041.212,44
JUNHO	530.501,99	50.712,25	74.679,00	16.073,41	671.966,65	258.375,25	75.592,66	8.069,41	-	94.986,57	13.166,73	8.501,13	230,40	1.130.888,80
JULHO	517.934,87	49.044,19	64.604,00	-	631.583,06	253.759,52	64.013,84	8.100,32	342,63	83.989,76	13.275,11	8.626,89	384,00	1.064.075,13
AGOSTO	536.653,40	53.737,65	38.720,00	5.593,39	634.704,44	-	338,65	-	24,13	-	6.173,25	8.440,64	422,40	650.643,51
SETEMBRO	538.105,99	51.536,05	52.415,00	51.667,91	693.724,95	249.090,08	101.420,04	8.095,39	-	84.919,35	-	8.180,21	441,60	1.145.871,62
OUTUBRO	527.667,15	46.042,39	41.387,00	10.193,58	625.290,12	487.766,20	72.648,40	15.772,22	518,38	173.379,85	-	8.781,87	384,00	1.384.541,04
NOVEMBRO FOLHA	530.035,68	47.114,32	48.386,00	24.729,72	650.265,72	113,18	72.984,00	-	-	-	12.861,21	8.757,20	268,80	745.250,11
NOVEMBRO 1ª PARC. 13º	360.914,00	-	-	-	360.914,00	-	28.867,59	-	-	-	-	-	-	389.781,59
DEZEMBRO	539.821,94	50.338,22	144.312,00	19.349,08	753.821,24	247.993,02	138.662,17	8.004,79	85,50	80.289,21	6.459,77	8.839,73	403,20	1.244.558,663
DEZEMBRO 2ª PARC. 13º	182.093,48	50.338,22	-	-	232.431,70	229.017,42	29.052,60	7.198,78	-	-	-	-	-	497.700,50
TOTAL GERAL	6.701.076,91	761.762,75	711.371,00	242.045,09	8.416.255,75	2.996.962,28	928.839,22	95.233,78	23.707,78	964.557,06	78.890,37	94.416,26	4.106,40	13.602.968,90

Memória de Cálculo	
Repasse do Contrato de Gestão 2014	21.151.215,90
Soma Total	21.151.215,90
Limite Anual de gasto com pessoal em 2014 (60%)	12.690.729,54
Limite mensal de gasto com pessoal em 2014	1.057.560,80

Atualizado dia 23/01/2015

NOTA: Com R\$ 4.165.271,10 não repassados devido ao contingenciamento ocorrido, a Diretoria adotou medidas restritivas para que o limite de 60% não fosse excessivamente extrapolado, alcançando ao final de 2014, 64,31% com Pessoal e encargos trabalhistas.

Quadro 18. Valores de Reserva Técnica pactuados com Recursos do Contrato de Gestão

	2014	2013	2012	2011
Reserva Técnica	6.415.532,00	3.098.100,00	887.755,78	2.147.108,51

Quadro 19. Descrição da Destinação prevista dos recursos da Reserva Técnica

Destino dos recursos	2014	2013	2012	2011	2010
I - Custeio das atividades básicas da OS	-	-	-	1.347.108,51	3.666.848,16
II - Pagamento de contratos ou direitos trabalhistas, em casos não previstos	4.610.000,00	3.098.100,00	887.755,78	-	-
III - Outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão	-	-	-	800.000,00	-
Total da reserva utilizada	4.610.000,00	3.098.100,00	887.755,78	2.147.108,51	3.666.848,16